primeiro volume janeiro 1928 numero um

Biblioteca Popular de Lisboa
Oferta

Elucidario Nobiliarchico

revista de historia e de arte

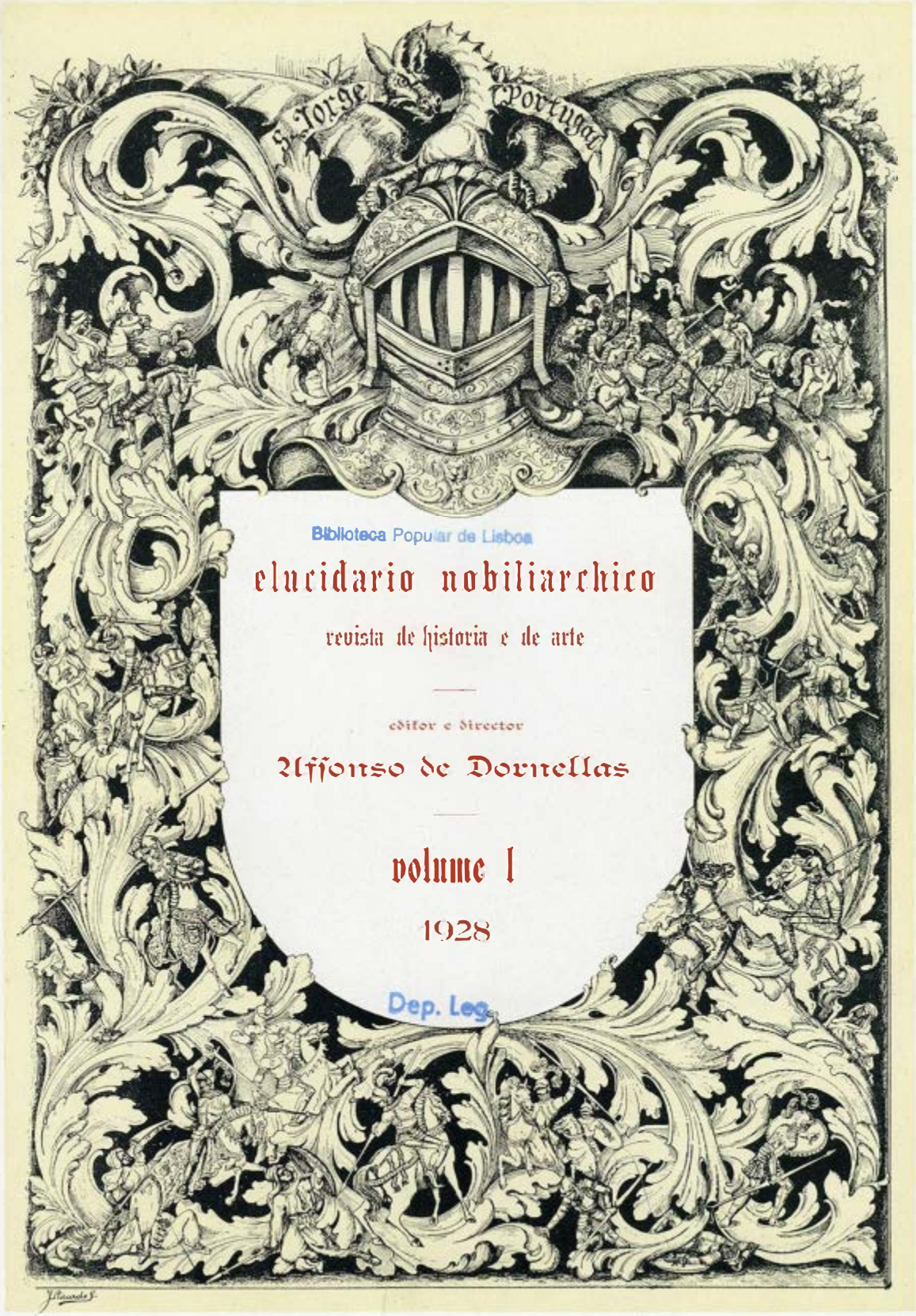
Dep. Leg.

sumario:

proposição ..... pag. 5
armas do dominio
portugal ..... » 8
silves ..... » 11
belmonte ..... » 15
tapeçarias de D. Affonso V
tentativa de reconstituição » 18

elucidario
nobiliarchico

Oferecido pelo Sr. Afonso de Carvalho
em 1º de Novembro de 1941



Biblioteca Popular de Lisboa

elucidario nobiliarchico

revista de historia e de arte

editor e director

Affonso de Dornellas

volume I

1928

Dep. Leg.

REVISTA DE HISTORIA E DE ARTE

Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS — Palacio da Rocha do Conde d'Obidos — LISBOA

Composto e impresso no CENTRO TIP. COLONIAL — L. d'Abegoaria, 27 — LISBOA

I VOLUME — JANEIRO — 1928 — NUMERO I

PROPOSIÇÃO

MUITO se tem estudado ultimamente para se conhecerem as bases da heraldica de dominio, de familia e de corporação e muito se tem estudado para que a genealogia, a biografia, a iconografia e outros elementos de nobreza nos varios sentidos que possa ter esta qualidade adquirida ou por actos honrosos ou excellentes ou por foros hereditarios, constituam bases de credito para o estudo da historia d'uma povoação, d'uma familia ou d'uma instituição ou ainda para auxiliarem o conhecimento geral da historia de Portugal e dos seus vastos dominios do passado e d'aquelles que ainda hoje restam.

Durante os anos que tenho dedicado a estes estudos, tenho coligido elementos e conhecimentos que me teem despertado o desejo de organisar obras de consulta destas especialidades para os estudiosos terem pelo menos uma base de orientação.

Cheguei porém á convicção de que é impossivel iniciar essas obras sem o concurso de todas as pessoas que alem de outros conhecimentos, possuam elementos que completem, modifiquem ou emendem os meus estudos e as conclusões do que tenho coligido.

Para que esse concurso, essas emendas ou essas modificações de criterio possam aparecer, lembrei-me de começar por organisar um elucidario *onde apresente o que conheço e onde rectifique o que for publicando, com as emendas criteriosas que os leitores achem que devo emendar, o que eu reconhecidamente agradeço em nome da causa que aqui vou defender e que consiste em pôr a direito e em difinir todos os assumptos de heraldica, de genealogia, de biografia e de tudo emfim que possa caber nos limites expostos.*

As melhores razões serão as preferidas, aperfeiçoando-se cada assumpto e arrumando-se cada caso. Serão absolutamente excluidas as teimosias de opinião.

Serão os casos discutidos com calma, muito sangue frio e muito desejo de acertar. Endireitar-se-ha tanto quanto possivel o que muitas vezes nos parece que já está n'um bom caminho.

Espero pois que para o bem comum, todos concorram para taes melhoramentos que devem chegar a uma relativa perfeição desde que nelles seja empregado o maximo da consciencia e da verdade.

Em nome pois do interesse de taes ramos da historia gloriosa da nossa terra, reconhecidamente agradeço ás pessoas que me enviem as suas opiniões e as suas emendas ao que eu for apresentado, que me auxiliem com alvitres para o desenvolvimento e maior amplitude destes estudos e que me aconselhem a seguir um melhor caminho quando vejam que cegamente sigo por um mau atalho.

*

* *

O «Elucidiario Nobiliarchico» é como que uma instituição de estudo, onde os assumptos serão discutidos e onde todos os estudiosos, conhecedores ou possuidores de elementos podem ter interferencia, com a diferença porém que espero seja duma produção muito mais apreciavel do que uma instituição vulgar não só por não ter limites a area da séde, pois de toda a parte se podem fazer sentir os conhecimentos que existam, como ainda por assim se poderem aperfeiçoar e completar todos os casos que se tratem.

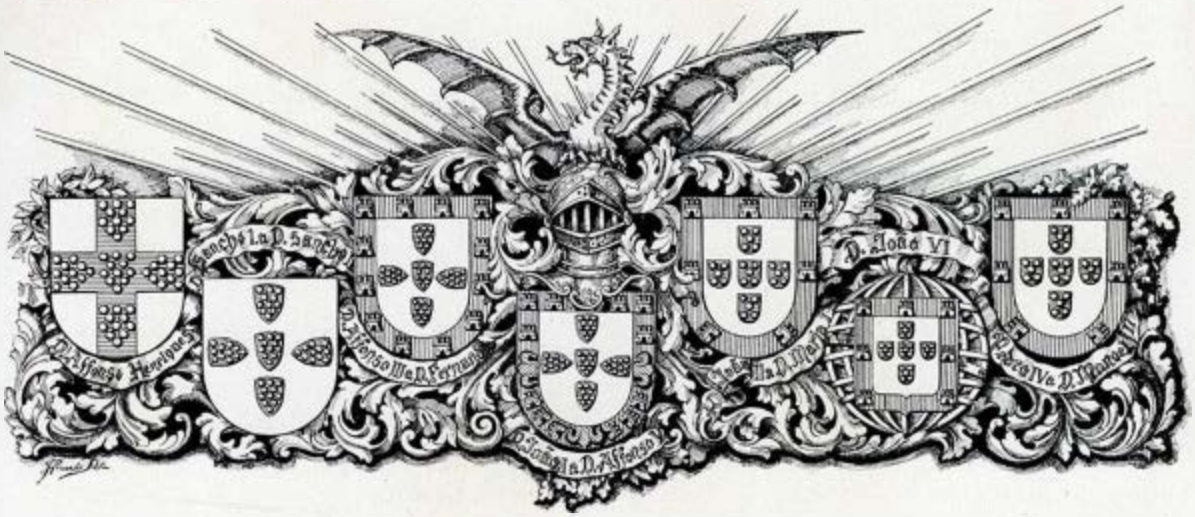
Exactamente, por ser uma publicação de estudo, não há possibilidade de tratar dos assumptos por ordem alfabetica ou chronologica. E' ao acaso conforme as circunstancias o permitirem. No fim de cada volume serão organisados indices que facilmente nos indiquem a marcha do estudo de cada caso.

Vamos a ver se assim se poderão um dia constituir varias obras de consulta para o estudo nobiliarchico portuguez.

Simultaneamente serão publicados factos historicos e demonstrações artisticas como elementos para maiores obras onde o culto patriotico seja a principal base.

Lisboa-Janeiro-1928.

Affonso de Dornellas



ARMAS DE DOMINIO

As Nações, as Cidades, as Villas e as Aldeias, ou emfim, as povoações onde hajam auctoridades que legislem, tem de possuir um sello para autenticar as leis, os editaes, ou os documentos em que deliberam ou determinam.

Ou provenientes destes sellos ou dos escudos com que os guerreiros se defendiam nas lutas de corpo a corpo, se crearam as armas de dominio e os estandartes.

As cores desses estandartes não tiveram primitivamente qualquer escolha. Utilisaram sedas ou tecidos luxuosos de qualquer cor para assentar as armas ampliadas e bordadas ou feitas de pedaços de fazenda das cores das diferentes peças que as compunham. O pano propriamente dito da bandeira, éra uma especie de reforço para evitar uma breve deterioração, formando uma orla mais ou menos larga em volta das armas.

Mais tarde começaram-se a substituir os tecidos de qualquer cor onde assentavam as armas, por tecidos das cores principaes das peças das mesmas armas, passando isto a constituir norma.

Os estudos sobre as armas de qualquer Nação ou Cidade ou Villa, é quase que o estudo historico respectivo, pois as armas de dominio, como aliás as armas de familia ou coorporação são sempre baseadas em principios historicos, sendo as peças que as constituem verdadeiros simbolos representativos de factos ou circumstancias.

Desde longa data que as Cidades, Villas e Lugares se regem por Foraes que foram organisados conforme a condição especial da vida de cada uma dessas devisões administrativas dos povos.

Constituindo pequenos estados, cada povoado que tinha o seu Foral, tinha geralmente poderes para lançar tributos, estabelecer privilegios e publicar certas determinações, para o que era necessaria a existencia d'um sello.

Era pois a organisação do sello, o primeiro cuidado da povoação que recebia Foral com os poderes referidos.

Depois, como o povo poderia faltar ás obrigações que passavam a ser-lhe impostas, levantava-se o pelourinho para ali serem amarrados aquelles que não cumprissem, sendo uma das principaes culpas que apareciam, a falta do peso ou medida nas vendas que efectuavam.

Como geralmente cada povoação tinha de armar um certo numero d'homens para as guerras que houvesse, era necessario organisar o estandarte que consistia unicamente no sello ampliado a um metro quadrado aproximadamente e bordado em seda.

Depois, como o estandarte começasse a figurar em cortejos e em cerimonias, deteriorava-se com muita facilidade pelo que institivamente passaram a fazer o estandarte de qualquer seda com o sello bordado ao centro em forma de escudo.

Muito mais tarde foi resolvido que as cores do estandarte fossem as mesmas que as das peças principaes das armas.

Muitas terras não seguiram esta praxe, e adoptaram até aos nossos dias a seda mais vulgar que era o damasco vermelho ou purpura empregado nas ornamentações da Egreja.

Agora, felizmente, todas as Cidades, Villas e até Lugares, estão organisando os seus sellos e os seus estandartes o que é muito louvavel e muito interessante, consultando para isso a secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses, unica instituição que no genero existe em Portugal.

Para esses estudos, nomeia a mesma secção de Heraldica um relator que formula o respectivo parecer que é apreciado até á sua aprovação.

Como tenho sido nomeado para fazer estes estudos, vou aqui publica-los e no seu decorrer se verá os argumentos e elementos empregados. Não quero porem iniciar a publicação da heraldica de dominio sem me referir em primeiro logar ás Armas Nacionaes Portuguesas.

Muito há a dizer sobre o escudo e bandeira nacional, não podendo desde já, dar publicidade aos elementos que tenho e que conheço sobre o assumpto, em todo o caso, n'uma breve referencia direi alguma coisa sobre as variantes das peças heraldicas que teem constituido as armas Nacionaes Portugueses e depois seguirei com os estudos sobre as armas das cidades, villas e aldeias.

PORTUGAL

E' interessante o facto de se ter mantido atravez de oito seculos o escudo nacional português, marcando sempre a sua evolução em volta da sua base fundamental que foi o escudo do Conde D. Henrique.

Necessitam as armas Nacionaes Portuguesas d'um grande estudo para bem se arrumar a sua historia que tão cheia anda de fantasias e lendas e espero que a pouco e pouco eu vá aqui expondo os diferentes pontos que vá aclarando e dedusindo. Por agora, muito rapidamente vou apenas tocar nos pontos principaes que levaram a dividir a evolução das armas nacionaes portuguesas nos seus varios aspetos.

— D. AFFONSO HENRIQUES — 1128 a 1185 — Este Rei, fundador da Nacionalidade Portuguesa, adoptou o escudo de Combate do Pae o Conde D. Henrique que, apesar de ser da Casa de Borgonha, que tinha por armas um escudo bandado de seis peças de ouro e de azul com bordadura de vermelho, adoptou ou assumiu umas armas muito suas. Um escudo branco com uma cruz azul.

Os escudos de combate, geralmente eram de madeira com um aro de ferro para o tornar resistente. A parte exterior do escudo éra forrado de couro ou de metal para maior defesa, sendo esta cobertura pintada quando de couro e com qualquer distintivo especial de metal recortado e aplicado com pregos ou, sendo a cobertura de metal, os emblemas aplicados eram de couro pintado e seguro tambem com pregos.

Adoptou o Conde D. Henrique, uma cruz azul que foi afixada com pregos nos extremos e no centro.

Quando D. Affonso Henriques morreu, o escudo do seu pae, que por este Rei foi usado nas batalhas que dia a dia sustentou, estava naturalmente bastante deteriorado restando da cruz azul, apenas os pedaços em que se encontravam os pregos, razão porque nos aparecem neste escudo os dois pedaços lateraes apontados ao centro.

D. SANCHO I a D. SANCHO II — 1185 a 1248 — Por morte de D. Affonso Henriques foi o mesmo escudo adoptado por seu filho D. Sancho I, com os pedaços da cruz azul sem lhe fazer qualquer alteração. Continuou a adopta-lo D. Affonso II e D. Sancho II conforme se vê principalmente nas suas moedas, notando-se porem que desde D. Affonso Henriques até D. Sancho II, as cinco quinas teem sempre um aspeto irregular não tendo nada o aspeto d'um escudete. Ha tambem algumas das moedas deste uttimo rei, em que já se vai acentuando a forma de escudete para as quinas. O numero de pregos ou besantes é que é muito variavel nos sellos e geralmente é apenas de quatro nas moedas. Vê-se bem que não havia o menor intuito de usar um numero certo de besantes, éra conforme o sitio onde se aplicavam e portanto conforme o espaço que havia.

— D. AFFONSO III a D. FERNANDO — 1246 a 1383 — D. Affonso III como se sabe casou em França com D. Mathilde, condessa de Bolonha, de quem não teve filhos. Como seu irmão D. Sancho II tivesse grandes dessidencias com o clero e nobresa, o Papa nomeou D. Affonso III regente do Reino em 1245, arrependendo-se porem em breve, porque D. Affonso III abandonou a primeira mulher e casou com D. Beatriz de Gusman, filha de D. Affonso X de Castella, o que resultou novas questões com Roma que só terminaram com a morte da condessa de Bolonha.

Confirmado finalmente pelo Papa, o casamento de D. Affonso III com D. Beatriz filha do Rei de Castella, imediatamente este Rei acrescentou as armas de Portugal com uma orla de vermelho carregada de castellos de ouro.

Variou o numero de castellos conforme cabiam na orla vermelha.

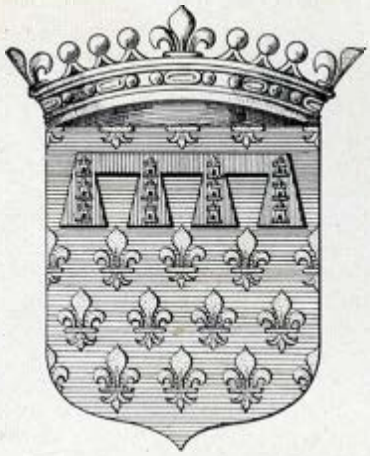
Luiz VIII de França, casou com uma filha de Carlos IX de Castella, D. Branca, e dois de seus filhos, Roberto, conde d'Artois, de Beaumont, d'Eu e de Longueville e Affonso, conde de Poictou, de Tholose, de Auvergne e Albigeois, acrescentaram as suas armas com castellos em homenagem a sua mãe a Rainha Branca de Castella.

Ainda bem que aparece este interessante exemplo para ver se se termina com a lenda que a orla dos Castellos nas Armas de Portugal, é a representação dos Castellos do Algarve.

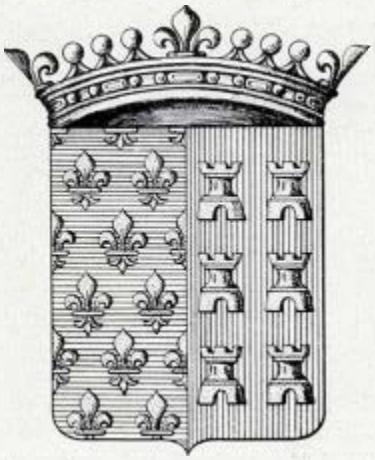
A epoca era a mesma, pois Roberto Conde d'Artois morreu em 1249 e Affonso Conde de Poictou, morreu em 1272. D. Affonso III de Portugal nasceu em 1210 e morreu em 1279.

— D. JOÃO I a D. AFFONSO V — 1383 a 1481 — D. João I, Mestre d'Avis, acrescentou as armas de Portugal com a Cruz da Ordem de que era Mestre.

Pela forma como colocou esta cruz nas armas que herdou de seus maiores, parece que se deverão descrever por uma forma especial para explicar a arrumação das diferentes peças e assim teremos: de vermelho com uma Cruz d'Aviz, acantonada em orla de doze castellos, tendo sobre posto o escudo das quinas.



Armas usadas por Roberto de França, Conde de Artois, de Beaumont, d'Eu e de Longueville



Armas usadas por Affonso de França, conde de Poictou, de Tholose, de Auvergne e de Albigeois

Era D. João I, Cavalleiro da Ordem da Jerreteira pelo que adoptou o dragão como timbre.

Assim se conservou o escudo de Portugal até D. Affonso V como tão abundantemente se vê nas Tapeçarias da tomada de Argila e como tambem se vê na tapeçaria da ocupação de Tanger.

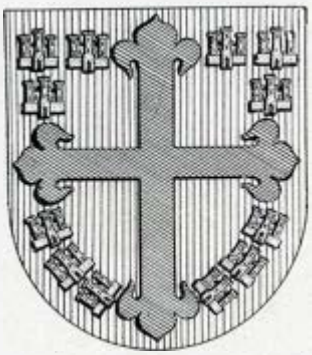
— D. JOÃO II a D. MARIA I — 1481 a 1799 — D. João II modificou as armas de Portugal simplificando-as. Sobre o assumpto dou a palavra a Garcia de Resende, transcrevendo parte do Capitulo LVII da Chronica do mesmo Rei que diz:

— Em Beja teve El-Rei conselho sobre as moedas que havia de fazer, e ainda não tinha feitas: para as quaes enovou e ordenou algumas cousas no real escudo de suas armas. E a primeira mudança foi, que tirou do dito escudo a cruz verde da ordem d'Aviz, que nelle por grande erro como parte d'armas sustanciaes andava já encorporada: porque El-Rei D. João o primeiro seu visavô, antes que devidamente, e por autoridade Apostolica se intitulasse Rei dos Reinos de Portugal e do Algarve, era Mestre d'Avis. E depois de ser Rei, tomou por devoção da ordem assentar o escudo das armas de Portugal sobre a cruz verde, com as pontas d'ella fóra do escudo, na bordadura, como ainda em suas obras e mui excellente sepultura no Mosteiro da Batalha hoje em dia se vê. E depois por descuido ou pouco aviso dos Reis d'Armas, andou assim muito tempo em vida d'El-Rei D. Duarte e d'El-Rei D. Affonso, e por tirar isto que parecia mal, El-Rei a mandou então tirar de todo fora. E assim mandou mudar os cinco escudos de dentro; porque os dois das ilhargas andavam atravessados com as pontas debaixo para o do meio, que parecia cousa de quebra, e os poz todos direitos com as pontas para baixo, da maneira em que agora andam... —

— D. JOÃO VI — 1799 a 1826 — Usou D. João VI as armas anteriores até 13 de Maio de 1816 conforme a Carta de Lei que a seguir transcrevo:

Dom João, por Graça de Deos, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, d'aquém, e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem: Que tendo sido Servido Unir os Meus Reinos de Portugal, Brasil, e Algarves, para que juntos constituissem, como effectivamente constituem hum só e mesmo Reino; he regular, e consequente o incorporar em hum só Escudo Real as Armas de todos os tres Reinos, assim; e da mesma fórma que o Senhor Rei Dom Affonso Terceiro, de Gloriosa Memoria, Unindo outróra o Reino dos Algarves ao de Portugal, Unio tambem as suas Armas respectivas: E occorrendo que para esse effeito o Meu Reino do Brasil não tem Armas, que caracterisem a bem merecida preeminencia, a que Me Aprouve exalta-lo: Hei por bem, e Me Praz Ordenar o seguinte.

I. Que o Reino do Brasil tenha por Armas huma Esféra Armilar de Ouro em campo azul.



Constituição das armas assumidas pelo Rei D. João I

II. Que o Escudo Real Portuguez, inscrito na dita Esféra Armilar de Ouro em campo azul, com huma Corôa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, e das mais Partes integrantes da Minha Monarquia.

III. Que estas novas Armas sejão por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes, e Cunhos de Moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes.

E esta se cumprirá como nella se contém. Pelo que Mando a huma e outra Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Regedores das Casas da Supplicação; Conselhos da Minha Real Fazenda, e mais Tribunaes do Reino Unido; Governadores das Relações do Porto, Bahia, e Maranhão; Governadores, e Capitães Generaes, e mais Governadores do Brazil, e dos Meus Dominios Ultramarinos, e a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução desta Carta de Lei, que a cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nella se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario; porque todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór do Reino do Brazil, Mando que a faça publicar na Chancellaria, e que della se remettão Copias a todos os Tribunaes, Cabeças de Comarca, e Villas deste Reino; publicando-se igualmente na Chancellaria Mór do Reino de Portugal, remettendo-se tambem as referidas Copias ás Estações competentes: registando-se em todos os lugares onde se costumão registar semelhantes Cartas, e guardando-se o Original onde se guardão as Minhas Leis, Alvarás, Regimentos, Cartas, e Ordens deste Reino do Brasil. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos treze de Maio de mil oitocentos e dezesete. ELREI. *Com Guarda Marquez de Aguiar. Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Ha por bem dar Armas ao seu Reino do Brasil, e encorporar em hum só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil, e Algarves, para symbolo da União, e identidade dos referidos tres Reinos, tudo na fórma acima declarada.* Para Vossa Magestade Vêr. *João Carneiro de Campos a fez.* Registada nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brasil no Livro II, de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. 95 vers. Rio de Janeiro em seis de Junho de mil oitocentos e dezeseis. *Francisco Bernardino Ferreira Duarte.* Como Chanceller Mór *Antonio Garcez Pinto de Madureira.* Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria Mór do Reino do Brasil. Rio de Janeiro tres de Agosto de mil oitocentos e dezeseis. *José Maria Rapozo de Andrade e Souza.* Registada na Chancellaria Mór do Reino do Brasil a fol. 1 do Livro I. de Leis Alvarás, e Cartas Regias. Rio de Janeiro tres de Agosto de mil oitocentos e dezeseis. *José Leocadio do Valle. Manoel Nicoláo Esteves Negrão.* Foi publicada esta Carta de Lei na Chancellaria Mór da Côrte e Reino. Lisboa 8 de Julho de 1817. *Francisco José Bravo.* Registada na Chancellaria Mór da Côrte e Reino no Livro das Leis a fol. 117. Lisboa 8 de Julho de 1817. *Francisco Jose Bravo.* Na Impressão Regia.

Esta Carta de Lei traz a esfera armilar desenhada e colorida de amarello (ouro) sendo todo o espaço que ocupa, de cor azul. Isto para explicar bem como devia ser desenhada a esfera, pois a seguir apresenta outro desenho já com o escudo portuguez assente sobre a mesma esfera e esta encimada pela Coroa Real.

Conservaram-se assim as Armas do Reino Unido até que D. João VI em 29 de Agosto de 1825 reconheceu a independencia do Brazil.

— D. PEDRO IV a D. MANUEL II — 1826 a 1910 — Mantiveram-se as armas de Portugal durante estes reinados tal como as deixou D. João VI, ou seja, sem a esfera armilar.

— REPUBLICA — 1910 — No *Diario do Governo* n.º 150 de 30 de Julho de 1911 vem publicado um Decreto de 19 do mesmo mez que descrevendo a nova Bandeira Nacional, faz as seguintes referencias ás armas nacionaes:

— Artigo 1.º ...ao centro e sobreposto á união das duas côres, terá o escudo das Armas Nacionaes, orlado de branco e assentando sobre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro.

— Art. 5.º Nos selos, moedas e mais emblemas oficiaes, a esfera armilar será sempre rodeada pelas duas vergonteas de louro, com as hastes ligadas por um laço...

Rapidamente descrita a evolução das Armas Nacionaes Portuguezas, espero poder a pouco e pouco desenvolver o que aqui fica e publicar estudos sobre a evolução da Bandeira Nacional.

A. D.

SILVES

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas e aprovado em sessão de 3 de Junho de 1925 na Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguêses.

A Associação dos Archeologos Portuguêses, recebeu o seguinte oficio que remeteu á sua Secção de Heraldica e de Genealogia:

— Camara Municipal de Silves. Livro 10, N.º 500. Silves 27 de Dezembro de 1924. Ex.ma Sociedade de Arqueologia Portuguêsa. Largo do Carmo. Lisboa. De conformidade com o deliberado pela Comissão Executiva da minha Vice-Presidencia, tenho a honra de vir solicitar da mui digna e prestimosa Sociedade de Arqueologia Portuguêsa, os esclarecimentos que, porventura, possa fornecer acêrca do seguinte: Anda esta Camara Municipal empenhada na confecção dum novo estandarte para esta municipalidade, procurando dota-lo com todos os distintivos e caracteristicas que bem traduzam o passado historico desta cidade. Sucede, porém, que o seu brazão d'armas, a figurar no referido estandarte, apenas consta dum escudo com o campo em branco, encimado por uma corôa Ducal, parecendo a esta Camara extranhavel, que, tendo sido Silves das cidades mais importantes do Algarve, não possua qualquer distintivo próprio no campo em branco do seu Escudo. Assim, ouso apelar para a comprovada sapiencia dos illustres membros que compõem essa Sociedade Scientifica, afim de ser ilucidado sobre este assumpto, dignando se fornecer a esta Camara todos os elementos que a possam orientar no estudo a que está procedendo. Com os protestos da mais elevada consideração. Deseja a V. Ex.ª Saude e Fraternidade. O Vice-Presidente da Comissão Executiva (a) *João*.....(?).

Mais tarde recebeu a mesma Instituição novo pedido nos seguintes termos:

— Camara Municipal de Silves. Livro 10. N.º 23. Silves 29 de Janeiro de 1925. Ex.ma Sociedade de Arqueologia Portuguêsa—Largo do Carmo. Lisboa. Tendo esta Camara Municipal todo o empenho em ver esclarecido o assumpto da consulta feita a essa Sociedade, em meu oficio N.º 500 de 27 de Dezembro findo, muito penhorado ficaria se V. Ex.as se dignassem fornecer os esclarecimentos pedidos na mesma consulta. Com a mais elevada consideração, desejo-vos Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva (a) *Sebastião Roldan Ramalho Ortigão*. —

O Algarve foi habitado por varias civilisações, não sendo porem nosso intuito ir muito alem, bastando-nos que tratemos da dominação Arabe e da dominação Portuguêsa, não fazendo caso das grandes manifestações Romanas e outras que por lá se encontram.

Sabemos que se diz, que antes dos Christãos Portuguêses, ali tinham entrado já os Christãos Castelhanos em 1060 com D. Fernando I á frente.

O Algarve foi um Reino mouro tendo Silves por capital.

D. Sancho I de Portugal tambem invadiu o Algarve, tendo Silves 3 annos em seu poder até que vindo todos os Mouros do Algarve d'Alem Mar, tornaram a recuperar a sua cidade.

Foi no Reinado de D. Affonso III que aquelle Reino ficou definitivamente anexado a Portugal pelo esforço de D. Paio Peres Correia, que teve como recompensa o alto cargo de seu Fronteiro Mór e depois Mestre da Ordem de Santiago.

Sello de Silves segundo o presente parecer

Durante 400 annos foi Silves capital do Reino Mouro do Algarve, continuando com a mesma cathegoria de Capital do Reino do Algarve, desde a tomada definitiva pelos portugueses em 1242 até D. Affonso IV que mudou a Capital para Lagos para onde tambem foi mudado o Bispado no seculo XVI, pela superioridade da importancia desta ultima cidade como porto de mar.

A velhissima Cidade de Silves tem os seguintes foraes:

— De D. Affonso III, dado em Lisboa em Agosto de 1266 registado no Livro I de Doações deste Rei, folhas 82 verso, colunna I, existente na Torre do Tombo.

— De D. Affonso III, dado em Lisboa a 12 de julho de 1269 aos Mouros forros de Silves, registado no Livro I das Doações, folhas 97 verso, colunna I e Livro IV de Inquerição do mesmo Rei a folhas 8 verso, existente na Torre do Tombo.

—De D. Manuel I dado em Lisboa a 20 de Agosto de 1504 registado no Livro de Foraes novos do Alemtejo a folhas 8 verso, colunna I, existente na Torre do Tombo.

Em qualquer dos livros antigos, manuscritos ou impressos que tratem de Armas de Cidades e Villas, aparece sempre a indicação das Armas de Silves apenas com um escudo de prata.

Não deveria porém ter sucedido assim pois teve foraes antigos e portanto devia ter sello como sucede com todas as Cidades e Villas antigas, mas tambem como sucede com muitas, perdeu-se esse sello e não há conhecimento de como teria sido a sua composição.

O Algarve foi como disse, anexado a Portugal em 1242 quando D. Affonso, Conde de Borgonha, depois III de nome, era Regente por seu irmão o Rei D. Sancho II ainda estar vivo.

Como D. Affonso III cercou as armas nacionaes com uma bordadura de castellos, tem-se repetido que foi isso devido a ter tomado por completo o Reino do Algarve e até que os sete castellos que depois se fixaram para as armas nacionaes, representavam os castellos de Estombar, Paderne, Aljezur, Albufeira, Cacella, Sagres e Castro Marim.

Sucede porem que foi muito irregular o numero de castelos usados na bordadura, não só desde principio, ou seja pelo proprio D. Affonso III, como ainda no tempo dos Reis que se lhe seguiram.

Existem armas do tempo de D. Affonso III com doze castelos, as quais serviram de base para o Ilustre heraldista Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, no seu «Armorial Português» indicar as armas de Portugal no tempo de D. Affonso III, com uma bordadura carregada de 12 castelos.

D. Antonio Caetano de Sousa no IV Volume da Historia Genealogica, apresenta dois selos de D. Affonso III, tendo um nove castelos e o outro oito na referida bordadura.

Vê-se portanto não só neste Reinado, como se vê noutros que se seguiram que o numero de castelos da bordadura era conforme o acaso ou conforme a melhor disposição artistica, assim como sucedia com os besantes das quinas que até dentro do mesmo reinado aparecem em variado numero conforme se eram batidas numa moeda pequena, ou abertas num selo grande.

E' absolutamente fantastico atribuir os castelos da bordadura das armas portuguesas á conquista do Algarve.

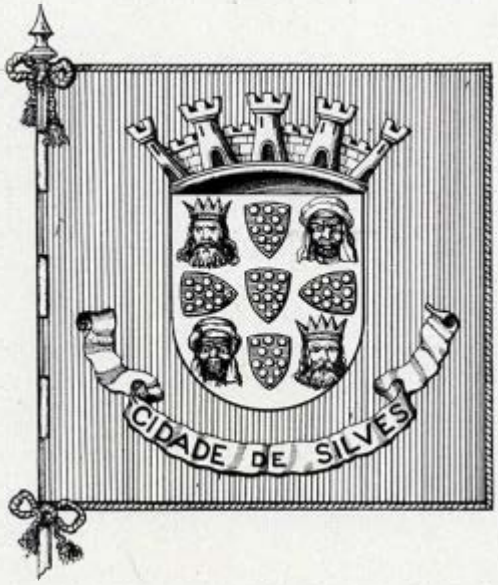
D. Afonso III nascendo em 1210 em Coimbra, foi para França e casou em 1245 com D. Matilde, Condessa de Bolonha, viuva de Filipe Hurepel que tinha morrido em 1234.

D. Afonso que nesse tempo era apenas principe, filho 2.° de D. Afonso II e irmão portanto de D. Sancho II, adoptou o titulo da mulher passando a ser chamado Conde de Bolonha.

As discordias de D. Sancho II com o clero e com a nobreza, motivaram a bulla Papal de 21 de Setembro de 1245 destronando-o e dando a regencia ao irmão D. Afonso que se conservava em França.

Ainda com o titulo de Conde de Bolonha, tomou D. Afonso a regencia do Reino até 4 de Janeiro de 1248 em que morreu D. Sancho II, passando o Conde de Bolonha só nesta ocasião a intitular-se D. Afonso III, Rei de Portugal.

Este Rei toma o resto do Algarve aos Mouros e em



Bandeira de Silves com os esmaltes indicados heraldicamente

seguida faz um ajuste de pazes com Affonso X de Castela, sendo a primeira condição o seu casamento com D. Beatriz, filha natural do Rei d'aquelles Estados ficando D. Afonso III usufruindo o Reino do Algarve, até que o primeiro filho do casamento do Rei de Portugal com D. Beatriz, tivesse 7 anos.

E' de notar que D. Beatriz era creança e D. Afonso já tinha 40 anos.

Deu isto um grande escandalo, formulando a Condessa de Bolonha um protesto que apresentou ao Pápa, mas a Condessa morreu em 1258 e tudo ficou em bem, nascendo o primeiro filho do casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, em 28 de Fevereiro de 1259, chamando-se D. Branca, a qual motivou mais tarde o poema de Almeida Garrett com este nome.

Foi por causa deste casamento com D. Beatriz de Castela, que D. Afonso III cercou as armas de Portugal com a bordadura dos Castelos e não por causa da tomada do Algarve.

D. Afonso III usou o titulo de Conde de Bolonha pela sua 1.ª mulher e a bordadura dos Castelos nas suas armas pelo seu 2.º casamento.

Em Portugal ainda hoje, quando calha, se repete que esta bordadura representa o Algarve nas armas de Portugal, e em França, já em 1619, a paginas 1501 da «Histoire Gênealogique de la Maison de France, Avec les Illustres familles qui en sont descendues» por Scevole et Louis de Saincte-Marthe, se dizia que:

— A cause de cette alliance, le Roy Alfonse de Portugal adiousta à ses Armoiries une bordure de Gueles chargee de sept Chasteaux d'or, qui sont celles du Royaume de Castille excepté pour le nombre des Chasteaux. Car Beatrix en porta seulement un en champ de gueules. —

Não foi apenas D. Afonso III que n'essas epocas juntou ás suas armas as de Castela.

Roberto de França, o Bom e o Valente, Conde de Artois, filho de Luiz VIII e de D. Branca filha de Afonso IX de Castela, usou por armas: d'azul semeado de flores de liz d'ouro, com um lambel vermelho de quatro pendentes cada um carregado de trez castelos d'ouro, e seu irmão Afonso de França, Conde de Poictou, Tholose, Auvergne e Albigeois, usou por armas: de azul semeado de flores de liz d'ouro partido de vermelho com seis castelos d'ouro, abertos. Por aqui se vê, que na mesma epoca, as armas de Castela tiveram representação pelo menos nestes trez escudos.

O Algarve como qualquer outro Reino, teve as suas armas, que há muito andam esquecidas e que o acaso me fez conhecer pelo Atlas de Matthœ i Seutteri, impresso no terceiro quartel do Seculo XVIII, aonde na carta de Portugal e dos Algarves, veem as respectivas armas coroadas.

Bandeira e armas da Cidade de Silves

Neste Atlas há um mapa de Portugal e Algarve que tem as armas destes dois Paises, as de Portugal com sete castelos na bordadura e as do Algarve esquarteladas de ouro com uma cabeça de carnação negra de turbante, e de vermelho com uma cabeça de frente de carnação branca coroada.

O mapa a seguir é de Espanha e de Portugal, tendo as armas de Espanha do Seculo XVII, tendo ainda incluidas as armas de Portugal e em separado as armas de Portugal com oito castelos e as do Algarve com as mesmas cabeças do antecedente sendo a de carnação negra em campo de prata e a de carnação branca em campo vermelho.

Temos portanto aqui duas formas tanto para as armas de Portugal como para as armas do Algarve visto que as primeiras são representadas com sete e depois com oito castelos e as segundas com a cabeça negra em campo d'ouro e depois em campo de prata.

Consultei imediatamente varias obras e fui encontrar referencia ás mesmas armas no «Dicionario Portugal» de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Volume I — A. Lisboa. 1904 que as descreve assim :

Escudo aquartelado de branco e encarnado; no branco, em cada um, uma cabeça de Mouro, preto, com turbante; e no encarnado, em cada um, um busto de mulher, branca, com diadema.

Estava quase concluido o «Armorial Português», não havendo já ocasião de no texto fazer referencia a este facto, como era desejo do seu autor Sr. Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, quando lh'o comuniquei, resolvendo porem que figurasse na capa posterior dos volumes da obra referida ao lado das armas de Portugal.

Este distinto heraldista, compreendendo imediatamente que sobre o campo d'ouro é que devia estar o Rei branco coroado e sobre o vermelho o Rei negro de Turbante, foi assim que o mandou desenhar, apesar de ser de opinião que as armas de dominio não devem ser esquarteladas.

Muito mais tarde, fui á Torre do Tombo e no Livro do Rei d'Armas Francisco Coelho lá encontrei as armas do Algarve, mas com o campo todo de prata apesar de um traço horisontal e outro vertical, darem o aspecto de esquartelado.

Aqui, nesta obra, as quatro cabeças estão em duplicado o que me pareçe exagero.

Francisco Coelho colheu o maior numero de elementos para o seu trabalho e se muitas vezes reproduziu erros, foi porque as informações não eram certas, em todo o caso, sempre é um documento do Seculo XVII em que de facto aparecem umas armas do Algarve com cabeças com turbante e cabeças coroadas.

Talvez uma informação sem desenho, desse esta duplicidade de cabeças, bastava que se tivesse escrito que as armas do Algarve eram esquarteladas com duas cabeças negras e duas brancas o que daria com uma má compreensão duas cabeças em cada quartel em vez de duas cabeças negras e duas brancas em toda a composição das armas.

Felizmente aqui como no atlas referidas está bem claro que são cabeças de carnação brancas e coroadas e não cabeças de mulher com diademas como erradamente diz o «Dicionario Portugal».

Seria pois interessante que as armas de Silves que foi durante seculos, a capital do Algarve, fossem a reprodução das armas do Algarve tendo por diferença as quinas usadas quando da tomada pelos portugueses.

Foi vermelha a bandeira dos Reis Mouros e portanto foi vermelha a bandeira do Algarve, pelo que seria interessante que aqui fosse alterada a regra geral, da bandeira ser das cores das peças principaes do brazão, atendendo á circunstancia muito especial de durante muitos seculos ser vermelha a bandeira que tremulou nas muralhas de Silves.

Lisboa, Porto e Ceuta, por motivos especiaes teem bandeiras fóra da regra geral, são excepcionalmente de cores diferentes das peças das armas.

Não pode a secção de heraldica da Associação dos Archeologos concordar que estas armas ou outras quaesquer de dominio, tenham uma corôa ducal, não. Só os Reinos ou Ducados é que teem a corôa respectiva. As Cidades ou Villas o que devem ter é a corôa mural que as caracterisa e nada mais.

Propomos portanto que as armas de Silves sejam :

— De prata com as cinco quinas de Portugal, sendo as duas lateraes apontadas ao centro carregadas de onze bezantes, postos 3, 2, 3, 2 e 1; acantonadas de quatro cabeças de frente sendo a primeira e quarta de carnação branca coroada de ouro e a segunda e terceira de carnação negra com turbante de prata. Corôa Mural de cinco torres de prata.

— Bandeira vermelha de um metro por lado, tendo por debaixo das armas uma fita branca com os dizeres a negro «CIDADE DE SILVES».

*

* *

Depois da aprovação deste parecer, ainda a Associação dos Archeologos Portugueses recebeu os seguintes oficios :

— Camara Municipal de Silves. N.º 203. Silves 23 de Junho de 1925. Ex.ma Sociedade de Arqueologia Portuguesa. Largo do Carmo. Lisboa. Tendo esta camara conhecimento d'uma comunicação feita pelo Sr. Affonso de Ornellas, a essa sociedade scientifica acerca do Escudo ou Brazão d'Armas desta cidade, e havendo o maior interesse em ver esclarecido este assumpto, conforme foi solicitado em oficio n.º 500 de 27 de Dezembro ultimo, ouso solicitar de V. Ex.ª a subida fineza de esclarecer esta camara sobre o conteudo da referida comunicação. Com os protestos da mais alta consideração, desejo a V. Ex.ª. Saude e Fraternidade. Pelo Presidente da Comissão Executiva. O Vereador. (a)... ?

— Camara Municipal de Silves. N.º 232. Silves, 17 de Julho de 1925. Ex.ma Associação dos Arqueologos Portugueses. Edificio Histo-

rico do Carmo (Secção de Heraldica). Lisboa. A Comissão Executiva desta Camara Municipal de Silves, tem a honra de acusar a recéção de parecer que essa instituição scientifica se dignou enviar-lhe, acerca do Brazão d'Armas desta cidade, segnificaudovos, ao mesmo tempo da expressão do seu reconhecimento por este facto. Entretanto, fica esta Camara aguardando o desenho do mesmo Brazão e Estandarte, conforme prometimento feito por essa Associação. Com os protestos da mais elevada consideração, sou De V. Ex.ª Mt.º At.º Ven.or Ob.do

O Vice Presidente da Comissão Executiva (a) *João Sequeira Continho.*

— Camara Municipal de Silves — Livro 11 N.º 591 — Silves 4 de Dezembro de 1926. Ex.ma Associação dos Arqueologos Portugueses. Secção de Heraldica. Edificio Historico do Carmo. Lisboa. Em devido tempo recebeu esta Camara Municipal um parecer elaborado pelo Illustre Membro dessa Associação, Ex.mo Snr. Dr. Affonso d'Ornellas, e bem assim o desenho de que aquelle mesmo Snr. entende dever ser o brazão e estandarte deste Municipio. Agradecendo a essa associação e em especial ao Ex.mo Sr. Dr. Alonso d'Ornellas, os esclarecimentos prestados acerca deste assumpto, cumpre-me comunicar que a Comissão Administrativa da minha presidencia, de acordo com o referido parecer e respectivo desenho, resolveu mandar proceder á confecção do seu novo estandarte. Renovando, em nome da Comissão a que presido, os meus agradecimentos, tenho a honra de vos apresentar os meus melhores votos de Saude e Fraternidade — O Presidente da Comissão Administrativa a) *Anibal Sant'Anna.*

*

* *

Já depois de ter apresentado o parecer acima citado, encontrei no Archivo da Camara Municipal de Lisboa, no processo referente a uma projectada obra sobre a armas de dominio, portuguesas, o seguinte oficio:

— Municipalidade de Silves. — N.º 32. — Ill.mo e Ex.mo Snr. — Recolhendo, ha pouco, dessa Capital onde me demorei por espaço de quatro mezes, foi-me entregue o oficio de V. Ex.ª de 25 de Septembro ultimo, recebido em 17 de Outubro, pedindo a remessa do Brazão das Armas desta Camara, acompanhado da sua historia authentica, ou tradicional, e vi com magoa, que o Vice Presidente que me ficou substituindo, não curou de satisfazer a esta exigencia, que eu agora faço; ainda que tarde, enviando a V. Ex.ª hum fac simile do sello das Armas de que usa esta Camara, tirado a funo, e outro tirado a lacre, restando-me maior pezar de nada poder dizer a respeito da sua historia authentica, ou tradicional; porque no archivo desta Camara não existem documentos alguns a tal respeito Consta, porem por tradicção, que nos fins do Seculo passado viera ao Algarve hum encarregado da Academia das Sciencias, competentemente autorizado a examinar todos os documentos antigos, e importantes, existentes nos Archivos publicos, e delles tirar copias, que chegando a esta Cidade a Camara de então lhe entregára os originais de todos os documentos antigos existentes no seu Archivo, e que o mencionado encarregado os levára, e he de presumir, que tais documentos existão no Archivo daquella Academia e pode ser que entre elles fosse o da historia das Armas desta Camara. Nada mais posso dizer a V. Ex.ª a semelhante respeito. Deus Guarde V. Ex.ª. Silves 30 de Dezembro de 1855. — Ill.mo e Ex.mo Sur. Ayres de Sá Nogueira. — O Presidente da Camara (a) *João Diogo Mascarenhas Netto.*

O desenho e lacre referido neste oficio, reproduziu apenas as Armas Reaes.

BELMONTE

Comunicação apresentada por Affonso de Dornellas na secção de Heraldica e Genealogia da Associação dos Arqueologos Portuguezes em sessão de 25 de Abril de 1923 referente ao parecer aprovado em sessão da mesma secção de 22 de Dezembro de 1922.

Fui pela Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portuguezes encarregado de formular um parecer e fazer um estudo sobre o brazão de Belmonte. Da primeira parte já me desempenhei em 22 de Dezembro de 1922 apresentando um projecto e parecer verbal, o qual foi aprovado na mesma secção.

Do estudo detalhado sobre esse brazão venho hoje comunicar o que deu origem ao referido projecto, citando um ponco da vida historica de Belmonte.

Sello da Camara Municipal de Belmonte conforme este parecer

A base fundamental deste estudo, foi o seguinte oficio:

— S. R. — Ex.mo Snr. Presidente da Associação dos Arqueologos — Secção de Heraldica. — Lisboa. — N.º 224. — Sendo esta Vila antiquissima e não existindo nem nesta Administração nem na Camara Municipal documento algum de onde se mostre qual o seu brazão de armas, venho pedir a V. Ex.ª se digne dizer-me como é composto o referido brazão e qual a côr de que deve ser o seu estandarte. Saude e Fraternidade. — Belmonte, 27 de Julho de 1922. — O Administrador do Concelho (a) *Manuel Esteves de Matos Proença.* —

A Associação dos Arqueologos Portuguezes, respondeu em 23 de Dezembro de 1922, enviando um croquis do Brazão aprovado em face do meu parecer e indicando que o Estandarte devia ser esquartelado de verde e de branco por serem estas as cores das peças principais do brazão. —

Belmonte ou Bello Monte, tem como o proprio nome indica uma situação priviligiada. É um ponto

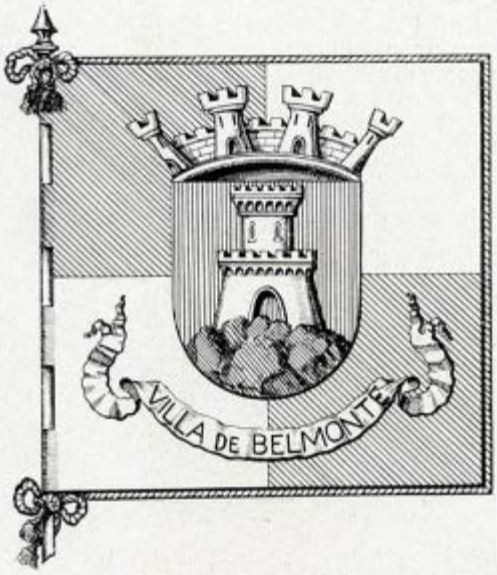
de vista colossal. A magestosa Serra da Estrela desenrola-se na sua frente como pano de fundo dum panorama assombroso. Avistam-se povoações a grande distancia salientando-se a Covilhã entre elas.

Belmonte na sua antiguidade era do Distrito da Guarda, passando para o de Castelo Branco por decreto de 31 de Dezembro de 1853.

Concelho de longa data até á sua extinção por decreto de 7 de Setembro de 1895 ficou a Vila anexada ao Concelho da Covilhã, sendo porem o Concelho de Belmonte restaurado por decreto de 15 de Janeiro de 1898.

O primeiro foral de Belmonte foi dado por D. Sancho I em 1188 e o segundo foi dado por D. Manuel I em Santarem em 1 de Junho de 1510.

Evidentemente teve Belmonte o seu selo e portanto



Bandeira de Belmonte com os esmaltes indicados heraldicamente

o seu brazão pois que assim sucede a todas as Vilas e Cidades que tiveram foral dado pelos Reis da primeira Dinastia.

Perdeu-se concertesa, como tambem sucedeu a muitas outras terras com foraes d'aquela epoca.

Se o Castelo de Belmonte não foi teatro de grandes façanhas, está ligado á brilhante historia de Portugal por muitos motivos e muito principalmente por estar proximo da fronteira, servindo portanto de baluarte de respeito. Os escritores antigos dão-lhe D. Diniz como seu fundador.

A notavel e antiquissima Familia dos Cabraes, foram Senhores e Alcaides de Belmonte e basta terem pertencido a esta Familia os grandes portuguezes, Pedro Alvares Cabral e Frei Gonçalo Velho Cabral, para que Belmonte tivesse uma notabilidade perfeitamente vinculada na nosssa Historia.

Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brazil, foi Senhor de Belmonte.

Foi a Familia dos Cabraes, a que mais extaordinarios privilegios teve no decorrer da Historia de Portugal.

Alvaro Gil Cabral, vassalo do Rei D. Fernando I, era Governador do Castelo da Guarda, tendo-se negado a entregal-o ao Rei de Castela quando da sua invasão em Portugal, pelo que foi recompensado com os senhorios de Azurara, Manteigas e Tavares e as Alcaidarias dos Condados da Guarda e Belmonte para si e para seus descendentes.

De facto, são ainda dos nossos tempos os Condes de Belmonte, actualmente representados pelo Sr. D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara, 4.º Conde de Belmonte e decimo nono Senhor da honra de Belmonte e Senhor de muitas outras distinções.

Tem a Vila de Belmonte a sua vida ligada à historia de Portugal, duma forma tal, que bem merece que não esqueça.

Tem a mesma Vila, elementos perfeitamente transportaveis em pura heraldica para um brazão que a caracterise e a difina.

E então proporemos:

— *Em campo vermelho, uma torre de prata sobre um monte verde.*

Fica portanto o seu lindo Castelo representado por uma torre, como é costume heraldico nestas circunstancias sobre um monte verde, ou seja um monte belo para representar o Bello Monte que é o interessante local onde a vila está situada.

A bandeira deve ser esquartelada de verde e de branco por serem estes os esmaltes das peças que compõem o brazão.

Esta bandeira, como aliás, as de todas as Cidades e Vilas, deve ter um metro por lado não incluindo o espaço da bainha onde se enfia a haste que a sustem.

* *

Ao receber este parecer que foi juntamente remetido com o referente a Caria, respondeu a administração do Concelho de Belmonte pela seguinte forma:

Administração do Concelho de Belmonte. N.º 10. Belmonte 17 de Janeiro de 1924. Ao Ex.mo Sr. Affonso de Dornellas. Dig.mo Presidente da secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portugueses. Museu Historico do Carmo. Lisboa. Tenho a subida honra de acusar a receção das copias dos brazões de armas de Belmonte e Caria deste concelho, que V. Ex.ª se dignou enviar-me por intermedio de 1.º secretario da Direcção dessa Associação com seu oficio de 15 do corrente. Em meu nome e nos das corporações referidas e no de todos os que se interessam pelas coisas historicas deste concelho agradeço muito reconhecido a V. Ex.ª tão valiosos documentos, dos quaes vão ser enviadas copias ás referidas corporações. Saude e Fraternidade. Pelo Ex.mo Administrador do Concelho. O secretario da Administração (a) *José Rebello*.

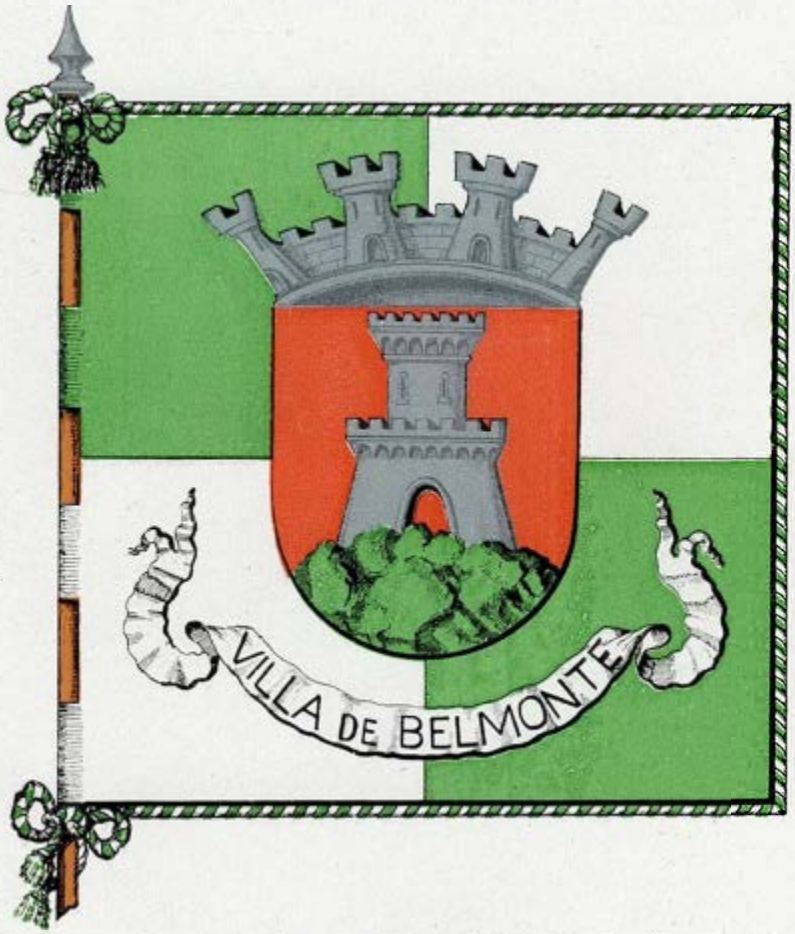
*

* *

Já depois deste parecer aprovado, encontrei no Archivo da Camara Municipal de Lisboa, o seguinte oficio :

Belmonte. — Ili.mo e Ex.mo Snr. — Cabe-me a honra de responder ao atencioso convite que V. Ex.ª se dignou fazer á Camara a que tenho a honra de presidir em, Carta de vinte e cinco do mez de Setembro ultimo, e é com maior sentimento, que eu tenho que dizer a V. Ex.ª que não me é possivel responder de um modo satisfatorio ás exigencias de V. Ex.ª.

O brazão genuino das Armas de que esta Camara usava, forão no tempo da infausta invasão Franceza, por ordem emanada de Junot mandado riscar apico pelo então Juiz de Fóra desta Vila — Severino Antonio da Silva Geraldes natural d'Alpedrinha, e hoje no Lugar em queaquellas estavam se acham a pintura colucadas as Armas Reaes. Não ha memoria, nem tradição, nem quem forneça informações sobre tal objecto, nem tão pouco nos archivos desta Camara aparecem documentos alguns, por que todos naquella triste epocha se desencaminhavão, conservando-se apenas o Foral dado a esta Villa por El-Rey Dom Manuel, no Primeiro de Junho de mil quinhentos e dez ; referindo-se já a outro que lhe havia sido concedido por El-Rey Dom Sancho Primeiro. Hé quanto sobre tal objecto se me oiferece dizer a V. Ex.ª de quem tenho a honra de assignar-me com a maior consideração e respeito. De V. Ex.ª, Attento Ven.or Mt.º Obrigado. (a) *José Soares Cardoso*. Belmonte 28 de Outubro de 1855.



Bandeira e Armas da Villa de Belmonte

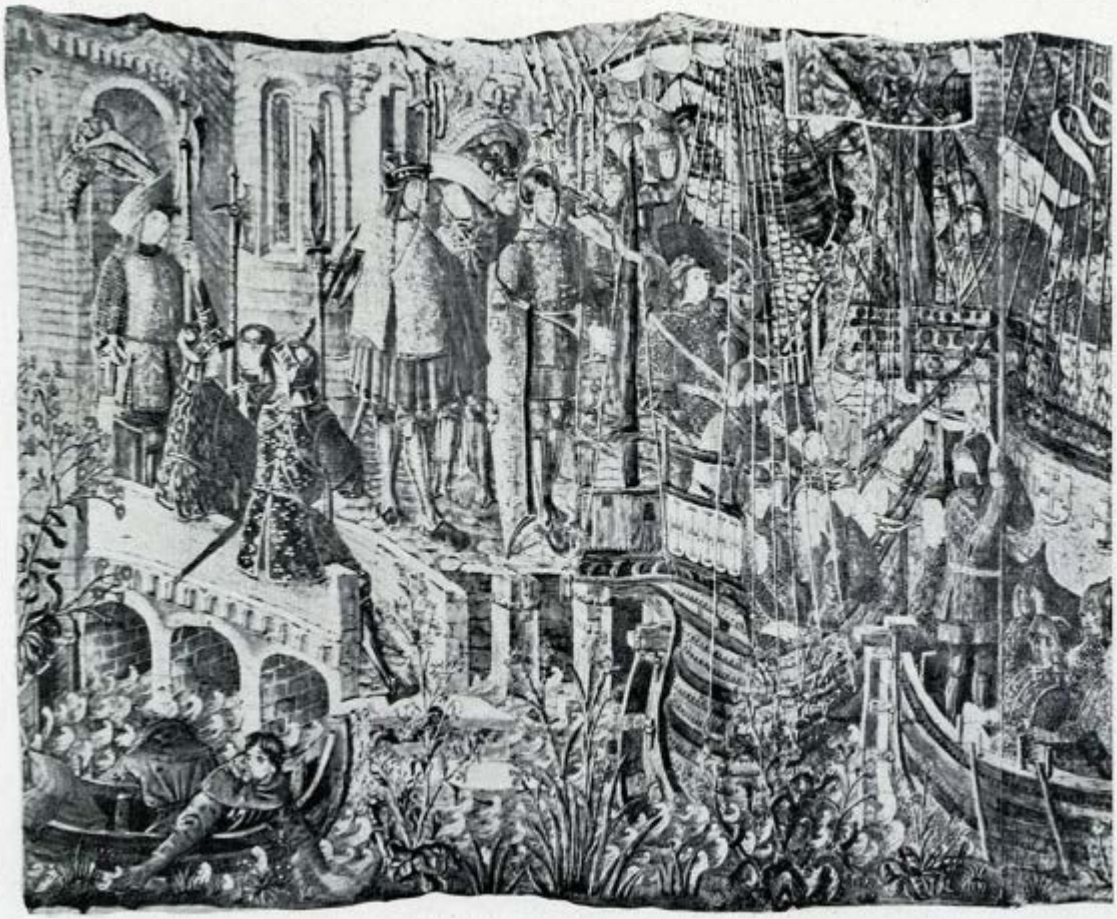
As Tapeçarias do Rei D. Affonso V

TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO

Comunicação apresentada por Affonso de Dornellas na Associação dos Archeologos Portuguezes em 25 de Julho de 1927.

EM comunicações apresentadas na Academia das Sciencias de Lisboa, na Associação dos Archeologos Portuguezes e no Congresso Scientifico de Cadiz e ainda em Livros, Revistas e Jornaes, eu tenho tratado das Tapeçarias de Pastrana, á medida que novos elementos vou encontrando ou novos problemas julgo que vou resolvendo, rectificando algumas vezes o que anteriormente disse ou escrevi.

Foi o Snr. Dr. José de Figueiredo, conceituado critico d'arte e Director do Museu d'Arte Antiga, quem nos nossos dias veio pela primeira vez em Portugal, referir-se a estas notaveis tapeçarias, comunicando-o primeiro á Academia das Sciencias de Lisboa em sessão da Classe de Letras efectuada em 9 de Dezembro de 1915 e depois no jornal «O Seculo» (edição da noite) de 3 de Abril de 1917.



I — Cerco de Alcacer Ceguer. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A foto- de Carlos Vasques. A fotogravura

Em principios de 1915, o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, publicou um luxuoso livro sobre os trez panos que constituem a tapeçaria que representa a tomada de Arzila.

Em Março de 1926 estive em Pastrana para directamente estudar as mesmas Tapeçarias e colher tanto quanto possivel as indicações do seu já bastante deteriorado colorido, no intuito de tentar uma reconstituição e possivelmente a identificação tão completa quanto possivel, das principaes figuras.

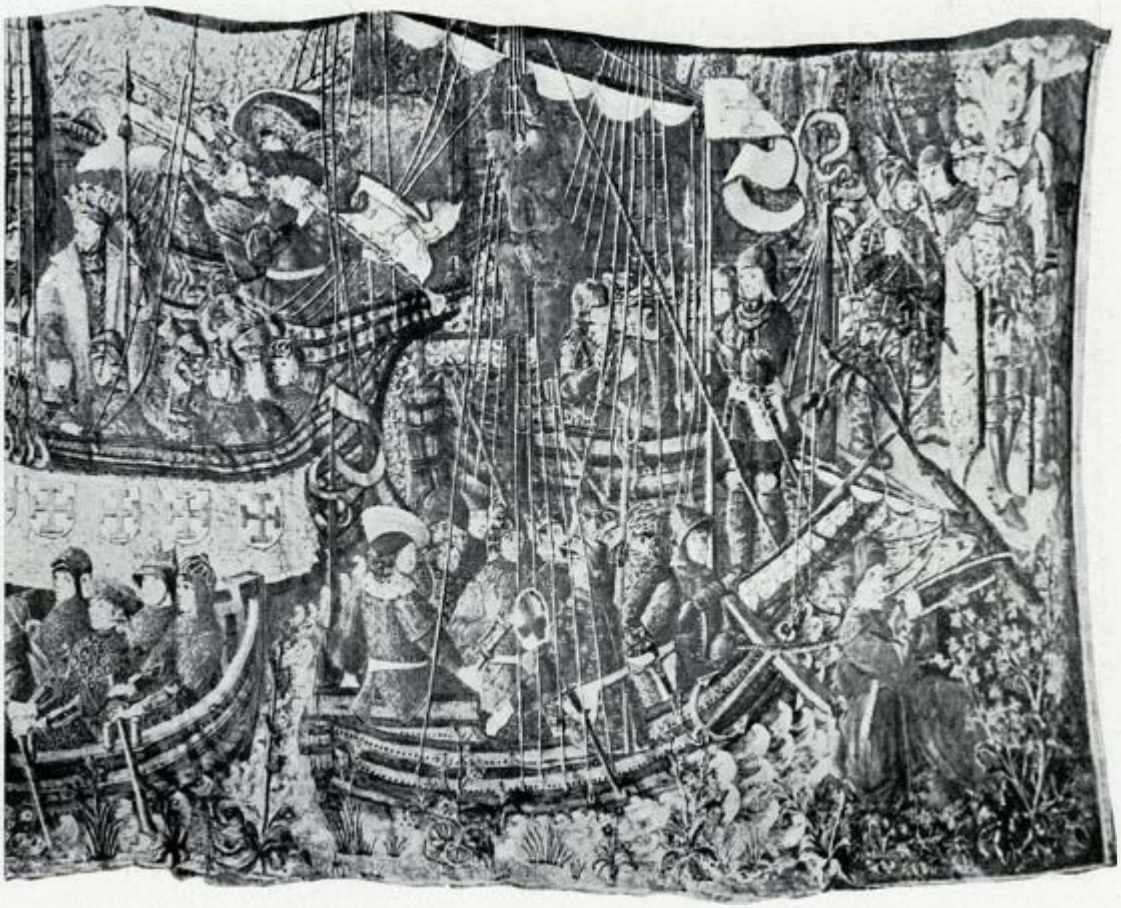
Há portanto 15 mezes que tenho aproveitado o tempo de que tenho podido dispôr, em trabalhar na reconstituição desses preciosissimos panos.

No decorrer desse trabalho eu tenho adquirido a convicção de que necessito novamente ir a Pastrana para difinir pontos que ainda estão muito dificeis de decifrar, e tambem para conferir o meu trabalho para depois completar os meus estudos com uma tentativa de identificação das pessoas.

Consiste portanto esta comunicação em apresentar o estado em que se encontra a minha tentativa de reconstituição das tapeçarias de D. Affonso V, que ainda necessitam de uns mezes de trabalho que só poderá ser realisado depois de, como disse, voltar a Pastrana.

Por me ter dedicado ao estudo da gloriosa acção dos Portuguezes no norte d'Africa e por ter publicado desenas de trabalhos sobre tão brilhantes paginas da monumental historia de Portugal, conhecendo a existencia de tapeçarias que representam factos das acções de D. Affonso V em Marrocos, desde 1922 que procurei estudar as mesmas tapeçarias para assim completar tanto quanto possivel os meus estudos sobre a famosa acção dos Portuguezes em Marrocos.

A Colegiada de Pastrana, onde se encontram as



grafia inicial foi feita em fins de 1924 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é é da casa Bertrand (Irmãos), Ltd.

Hoje, sobre identificação apenas posso apontar um ou outro caso que está clarissimo como acidentalmente irei indicando á medida que se fôr proporcionando a ocasião.

tapeçarias em questão, pertence ao Arcebispado de Toledo, não se podendo fotografar, sem permissão do Arcebispo.

Estava vaga a mitra de Toledo, não havendo dentro

do Arcebispado quem tomasse a tamanha responsabilidade de permitir que se tirassem as tapeçarias para local onde houvesse luz suficiente, pelo estado de deterioração em que a maioria dellas se encontra.

Preenchida a vacatura da Cadeira Arcebispal de Toledo, apareceu a permissão para se retirarem para o exterior da Egreja de Pastrana para se poderem fotografar, o que se fez parte em Novembro de 1924 e o restante em Março de 1925.

Apresentei imediatamente essas reproduções na Academia das Sciencias e comecei estudando detalhadamente o pouco que é facil estudar, pois o estado de deterioração da maioria dos panos é tão adeantado que é dificil definir detalhes, se bem que a fotografia tem a vantagem de salientar minudencias que não há facilidade de descobrir olhando para os originais.

II — Entrada em Alcacer Ceguer. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A é de Carlos Vasques. A fotogravura

*

* *

Rapidamente irei dizer alguma coisa da historia destas tapeçarias, repetindo e rectificando alguns pontos do que já disse na minha comunicação feita em

19 de Abril de 1626 na Associação dos Archeologos Portuguezes e que publiquei em livro intitulado «As tapeçarias de D. Affonso V foram para Castela por offerta deste Rei». Lisboa. 1926.

D. Affonso V, na ancia de construir um Portugal maior, conquistou Praças em Africa, indo lá pessoalmente batalhar com os mouros, ampliando grandemente a obra de D. João I que foi o primeiro Rei de Portugal que sahindo das fronteiras foi alem mar, pisar terras Africanas e conquistar a Praça de Ceuta.

D. Affonso V achando que Ceuta era pouco para escola de guerreiros, continuou a marcha de D. João I até Alcacer Ceguer e depois até Arzila o que resultou o abandono pelos mouros da celebre Praça de Tanger que tão regada já estava de sangue portuguez.

Com a tomada de Arzila, conservou D. Affonso V sob prisão, grande quantidade de mouros de alta categoria que não conseguiram fugir na ocasião da tomada desta praça, que lhe serviram, não para receber grandes quantidades de dinheiro ou valores como lhe foram oferecidos, mas apenas para os trocar pelos restos do Infante Santo D. Fernando, seu tio, irmão de

fotografia inicial foi feita em fins de 1924 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é da casa Bertrand (Irmãos) Ltd.

seu Pae o Rei D. Duarte e portanto filho do Rei D. João I.

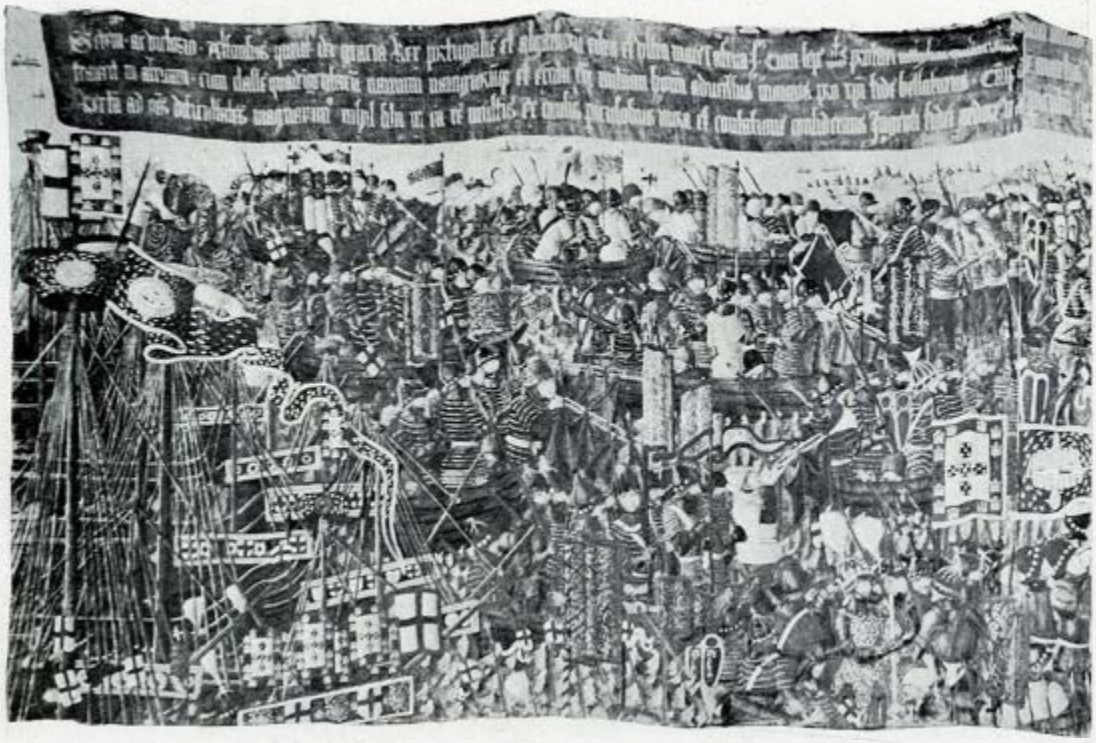
Grande regosijo causaram aos portuguezes, as tres grandes façanhas de D. Affonso V, a conquista de Alcacer Ceguer, a conquista de Arzila e a conquista dos restos do Infante Santo.

Tanger foi apenas uma consequencia da Tomada de Arzila, foi uma praça abandonada onde os portugueses entraram sem dificuldade e n'aquelas epocas, o entrar n'uma praça sem as sensações da conquista, não era caso de grande monta.

Mandou D. Affonso V tecer tapeçarias que representassem a Tomada de Alcaçer Ceguer e Arzila, aparecendo ainda uma outra que ou faz parte d'uma coleção que representa a entrega dos ossos de D. Fernando, ou então representará talvez a entrada em Tanger. Só um estudo especial e direto poderá aproximar-nos da classificação mais propria, partindo-se porem do facto de que não há a menor duvida de que a referida tapeçaria representa um episodio portuguez do seculo XV.

O Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, n'uma conferencia que fez no Salão do Theatro de S. Carlos em 24 de Fevereiro de 1926, afirmou que esta tapeçaria representava a ocupação de Tanger.

O Sr. Dr. Reinaldo dos Santos no seu livro «As Tapeçarias da Tomada de Arzila», Lisboa 1925, diz que referentes a assumptos portugueses, apenas são os tres panos que constituem a tapeçaria da tomada de Arzila. Só depois da minha comunicação na Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, em 11 de Fevereiro de 1926, em que eu disse que mais tres panos existentes em Pastrana representavam façanhas de D. Affonso V, é que o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos ali voltou dizendo que só um dos trez é que se referia a Portugal representando a acupação de Tanger.



III — Desembarque em Arzila. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A foto- de Carlos Vasques. A fotogravura

* * *

Estando D. Affonso V senhor de toda a costa dAfrica banhada pelo estreito de Gibraltar, queria possuirtambem a costa da Europa banhada pelo mar do mesmo estreito para o que era necessario ser Rei do Resto da Peninsula.

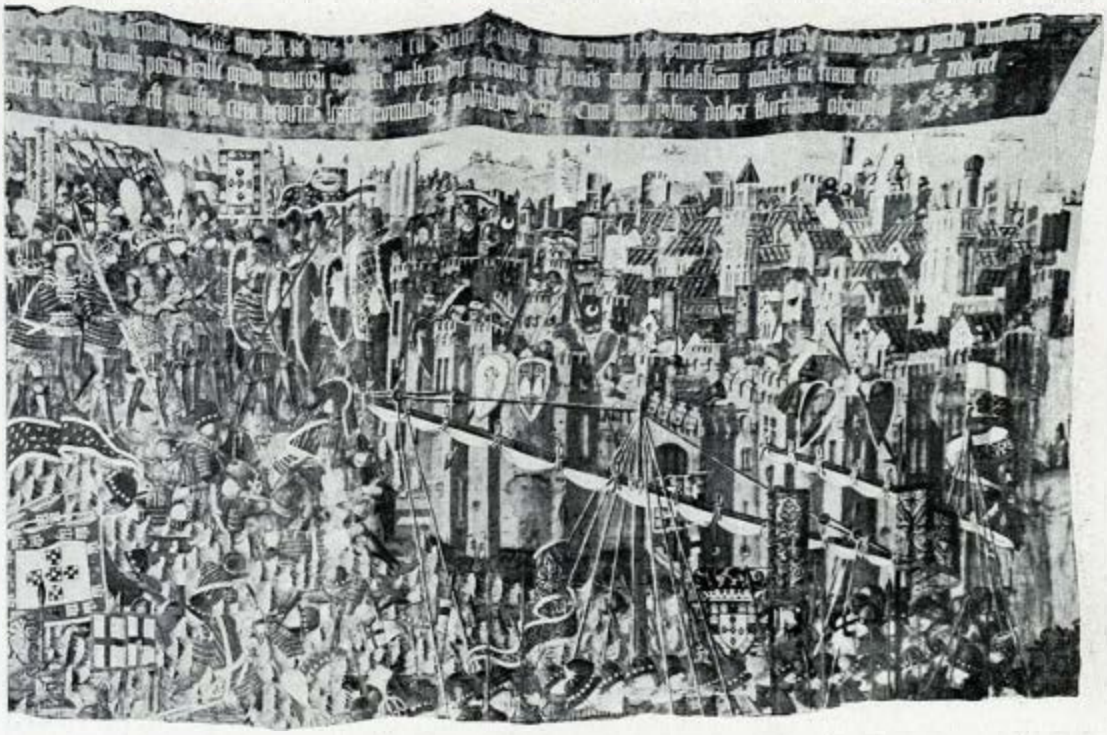
A Herdeira de Castella, D. Joana, que depois foi conhecida pela «Excelente Senhora», que era filha do Rei Henrique IV, poderia ser o ponto de ligação de Portugal com os restantes Estados da Peninsula e então procurou D. Affonso V casar-se com aquela Princeza.

D. Affonso V era bem conhecido em Castella, pois

a sua acção no norte d'Africa, refletia-se principalmente em Espanha, onde as terras ainda em poder dos mouros se sentiam em iminente perigo por terem a costa d'Africa banhada pelo mar do Estreito, em poder dos ferozesportuguezes que ali constituiam uma invencivel muralha.

Tinha portanto D. Affonso V, grandes partidarios em Espanha, mas D. Isabel, que depois foi conhecida pela «Catholica», tambem tinha os seus partidarios que a consideravam herdeira do trono, por se dizer que D. Joana não era filha de Henrique IV, mas sim do Duque de Albuquerque, D. Beltrão de Lacueva.

Dois potentados existiam em Castella que se se pro-



grafia inicial foi feita em fins de 1924 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é é da casa Bertrand (Irmãos), Ltd.

nunciassem resolveriam o problema sem mais contendas. Ou a favor de D. Affonso V de Portugal, ou a favor de D. Isabel a Catholica.

Eram elles o Marquez de Santilhana e o Arcebispo de Toledo.

Tentou D. Affonso V conquistar estes dois monumentaes vultos da Historia de Espanha, e ainda outros de menor importancia para o qne lhes enviou um emissario que foi Lopo de Albuquerque, depois Conde de Penamacôr.

É natural que nesta ocasião fossem remetidas a notavel cruz gotica oferecida ao Arcebispo de Toledo e que ainda hoje ali se encontra no Thesouro e as Tapeçarias representando as façanhas de D. Affonso V, como titulo de Candidatura a Rei de Castella e que foram oferecidas ao Marquez de Santilhana, como nos diz Manuel Faria e Sousa nas suas obras «Epitome de las Historias Portuguezas» e «Europa Portugueza» no capitulo referente á vida de D. João I quando trata das modificações que este Rei fez ás armas de Portugal.

Apesar destas diligencias, D. Affonso V não conseguiu os seus fins, pois que dada a batalha do Touro, o Marquez de Santilhana pronunciou-se por Isabel a Catholica e imediatamente se suspenderam as hostilidades.

O Marquez de Santilhana, no campo de batalha, foi elevado a Duque do Infantado com grandes honras.

O Duque do Infantado nos Reinos de Castella e Leão, era senhor de 800 lugares e noventa mil vassalos.

Explicada a razão porque as Tapaçarias do Rei D. Affonso V, entraram em Castella e portanto no Palacio de Guadalajara, solar dos Duques do Infantado, vejamos alguma coisa sobre a vida que as mesmas tapeçarias tem levado.

Conservaram-se no lindissimo palacio de Guadalajara até que a herdeira desta Casa, D. Catharina de Mendonça e Sandoval, 8.ª Duquesa do Infantado, 9.ª Marqueza de Santilhana, 2.ª Marqueza de Lerma, etc.,

etc., casou em 21 de Abril de 1630 com o 4.º Duque de Pastrana, D. Rodrigo da Silva e Mendonça, 5.º Principe de Eboli e Melito, 5.º Duque de Francavilla etc., etc., 2.º neto do portuguez Rui Gomes da Silva que em Castella foi 1.º Duque de Pastrana.

Foi durante a vida dos 4.ºs Duques de Pastrana e 8.ºs do Infantado que as tapeçarias de D. Affonso V foram transferidas de Guadalajara para Pastrana, dizendo-me Frei Lourenzo Perez, franciscano do Convento de Pastrana, que pelos documentos que encontrou na Colegiada, as Tapeçarias entraram nesta Villa como doação á Colegiada em 1667.

Foi ainda Frei Lourenzo Perez que me disse, em rectificação ás conclusões do meu estudo sobre a vida destas tapeçarias, que tinham sido dadas para todo o sempre á Colegiada e não com condições como primitivamente deprehendi das minhas investigações.

Os seis panos que constituem as tapeçarias referentes ás façanhas do Rei D. Affonso V, estão mutilados vendo-se que os cortaram para os adaptarem ás paredes que desejaram cobrir com elles.

Parece que todas tiveram uma legenda explicativa do que representam e segundo informação que me dá Frei Lourenzo Perez, essas legendas ainda existiam em 1756.

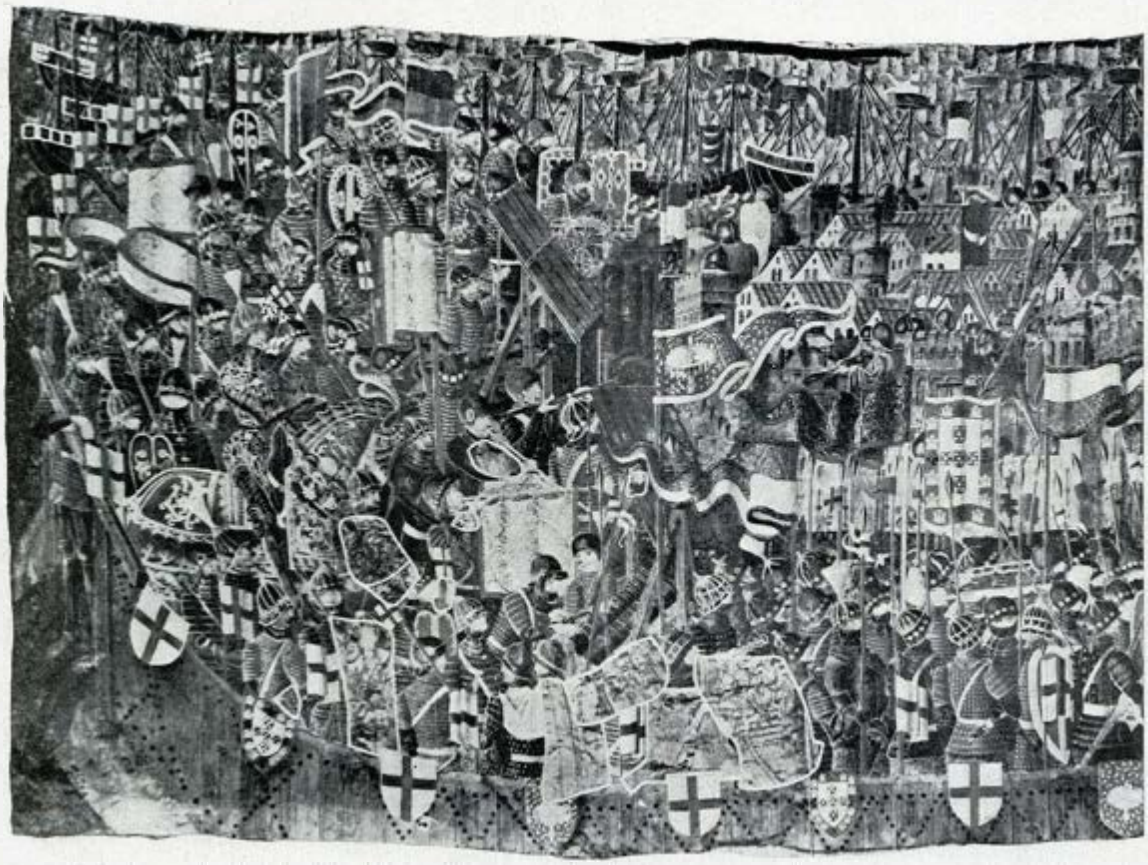
Naturalmente estiveram inteiros até essa data, tendo sido depois cortados em varios sentidos, desaparecendo varias partes.

Os tres panos que representam a tomada de Arzila ainda teem a legenda, estando em um dos panos destruida em parte e dobrada para traz, reforçando-o. Já assim devia estar em 1871, pois o Padre D. Mariano Perez y Cuenca publicou neste anno a sua Historia de Pastrana, onde a paginas 118 nos dá uma copia da inscrição de duas das tapeçarias, dizendo que faltam nas restantes.

No trabalho referido, do Sr. Dr. Reinaldo dos Santos, não vem indicada a legenda deste pano, por sua Ex.ª não ter verificado que se encontrava dobrada para traz.

A grande dificuldade que ha em fotografar estas tapeçarias, é devido ao grande tamanho que teem e á falta de luz dentro da egreja.

O estado de conservação é bastante mau. Apenas dois panos da coleção da Tomada de Arzila, que se



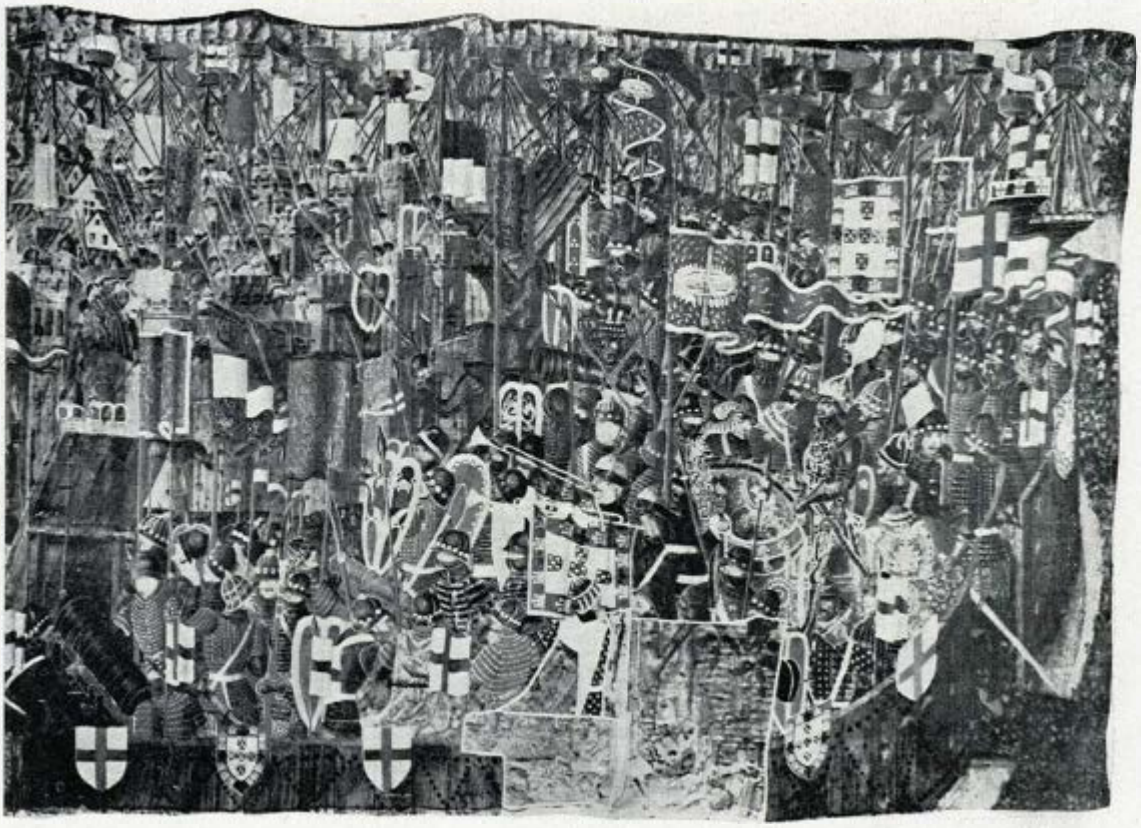
IV — Bombardeamento de Arzila. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A é de Carlos Vasques. A fotogravura

conservam na Salla Capitular, é que estão em bom estado á excepção do colorido que está bastante confuso. Falta-lhes uma grande porção em todo o comprimento pela parte de baixo.

Em 1880 começaram a aparecer amadores ou negociantes que ao verem a coleção de oito panos ornamentais que cobrem as paredes da sacristia grande, perguntavam se havia mais, indo mostrar-lhe as riquissimas tapeçarias do Rei D. Affonso V, que n'um canto de uma arrecadação estavam n'um monte.

Arqueólogo, Doutor em Sciencias Historicas e advogado, foi a Pastrana em Novembro de 1923, em satisfação do pedido que eu superiormente tinha feito, para se fotografarem as tapeçarias de D. Affonso V, tendo de principio sérias dificuldades em o fazer, por a população se opor julgando que os panos estavam sendo tirados para o exterior da egreja para os levarem.

Com alguma dificuldade consentiram que fossem fotografados o que levou dias, pois tiveram de se armar andaimes e suspender os panos por forma a aproveitar



fotografia inicial foi feita em fins de 1924 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é da casa Bertrand (Irmãos), Ltd.

Apareceram varias ofertas e começaram a perceber em Pastrana, que valia a pena conserva-las e então coseram-lhe pela parte de traz, trapos de toda a especie.

Em 1891 estiveram para ser vendidas por cento e vinte mil pesetas, sendo isso evitado pelo Reverendo Padre D. Inacio Calvo, sabio numismata, actualmente conservador do museu Arqueologico Nacional de Madrid.

Hoje, é tal o apreço que os habitantes dão ás suas tapeçarias, que houve grande dificuldade em se fotografarem por julgarem que isso iria despertar o apetite de as tirarem de lá.

D. Ramón Gil Miquel, Archivista Bibliothecario e

a boa luz que só existia entre o meio dia e as duas horas.

Parte dos panos ficou como já disse, fotografada em Novembro de 1924 e os restantes em Maio de 1925.

São seis, e desses, só tres foram por essa occasião classificados como constituindo a tapeçaria que representa a tomada de Arzila.

Os restantes panos diziam os entendidos que nada tinham com a Historia de Portugal.

Estudei o assumpto e entendi que todos representavam feitos de D. Affonso V, parecendo-me que seria muito interessante não só reconstituir o colorido como

depois desse colorido avivado, identificar as pessoas que figuram nas mesmas.

Como estas tapeçarias representam factos imediatamente ao terem-se dado, as pessoas que ali figuram foram concerteza vistas pelos pintores que fizeram os originaes para os tecelões fazerem os panos.

Planeei então, o tentar a reconstituição do colorido sobre uma fotografia de razoaveis dimensões de forma a perceber-se tudo.

Grandes dificuldades encontrei para conseguir definir absolutamente tudo quanto constava de cada pano.

Nodoas, buracos, sitios onde durante anos a claridade que passa atravez de janelas comeu toda a côr, emfim inumeras circunstancias que muito dificultaram a tentativa de reconstituição, sendo necessario uma media de trinta horas de desenho a lapis para decifrar todos os enigmas de cada pano.

Fui a Pastrana e tomei apontamentos de tudo quanto a minha vista atingiu na ocasião e tentei colorir as fotografias depois de terem as figuras definidas a lapis.

Cheguei a certa altura do meu trabalho e encontrei-me em circunstancias de o poder completar ainda mais, pois apareceram figuras que não se percebiam na confusão que existe nos panos e nas fotografias.

É muito natural que podendo-se descoser os trapos que as forram se encontrem algumas côres no avesso, que não ha meio de definir pela frente. Emfim necessito, voltar a Pastrana para tentar completar mais este meu trabalho.

Pela ordem chronologica dos feitos que as tapeçarias representam vou referir-me a cada uma na parte que diz respeito á reconstituição das figuras, pois sobre a identificação das mesmas, terei ainda que fazer um aturado estudo que só pode ser iniciado depois de como disse, voltar a Pastrana.

V — Entrada em Arzila. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A fotografia de Carlos Vasques. A fotogravura

* * *

Existem dois panos representando a tomada de Alcacer Ceguer, assim classificados por mim, conforme artigos que por amavel deferencia me publicou o «Diario de Noticias» em 20 e 23 de Fevereiro de 1926 e conforme uma comunicação que fiz na classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 25 do mesmo mez de Fevereiro e que na integra foi publicada na «Epoca» de 26 e no «Diario de Noticias» de 27 ainda de Fevereiro.

O primeiro destes panos está dividido em duas partes, a primeira encontra-se numa das paredes do côro da egreja e a outra na sacristia pequena.

D. Affonso V, aproveitando a formação que tinha organizado mas que já não era necessaria para ir ajudar a tomada de Constantinopla, fazendo parte da cruzada, resolveu ir tomar Alcacer Ceguer.

Em 23 de Outubro de 1458, foi esta praça tomada aos mouros que depois de verem o ataque cerrado que lhe era feito e os prejuizos causados por uma bombarda grossa que, sob o comando do Infante D. Henrique, iniciou á meia noite de 22 a destruição da muralha, resolveram pedir que suspendessem o tiroteio e que na madrugada que se seguia, sahiriam da praça que estaria abandonada ao meio dia. Para a garantia desta afirmação veio um mouro de prestigio em refens, o qual se vê no barco do Infante D. Henrique, Comandante do assalto.

D. Affonso V está na sua Nau Santo Antonio em atitude de quem espera, como nessa mesma atitude se vê que estão todos, havendo alguns esperando na ponte, entre os quaes deverão estar: o Infante D. Fernando; o Infante D. Pedro; o Marquez de Vila Viçosa e seus dois filhos D. Fernando e D. João; os cavaleiros D. Alvaro de Castro; Pedro Vaz de Mello; o Marquez de Valença; Ruy Barreto, Comendador de Christo e muitos outros que entraram nesta façanha.

A este pano falta uma tira em altura e que se encontra em pedaços remendando o pano que representa o bombardeamento de Arzila.

É natural que tivesse tambem uma legenda de que não ha indicios. Pela parte de cima falta-lhe em todo o comprinento uma tira que bastante a prejudica.

Mede este pano 9m,26 de comprido por 3m,70 de alto. Tem 96 figuras sendo 5 de mouros.

Detalhes minuciosos se veem aqui, que denotam bem o aperfeiçoamento que havia por esta epoca na confecção de tecidos desta especie.

inicial foi feita em principios de 1925 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é é da casa Bertrand (Irmãos) Ltd.

No segundo pano referente á Tomada de Alcacer Ceguer, aparece o Rei dando beija mão ou armando cavaleiros e depois, debaixo do palio á frente d'um cortejo, vae a caminho da Mesquita já transformada em Egreja de Santa Maria da Misericordia, como nos descreve Ruy de Pina no Capitulo 138 da chronica de D. Affonso V.

Há aqui um caso do mais alto interesse que vem definir claramente que é um assumpto bem portuguez o que este pano representa.

Atraz do Rei, quando está dando beija mão ou

armando cavaleiros, está uma figura incompleta que tem na frente um escudo, que é inconfundivel.

Se D. Rodrigo Affonso de Mello, guarda mór de D. Affonso V, foi á conquista de Alcacer Ceguer, deve ser elle que está apoiado nesse escudo.

Se não é este, é concerteza D. Pedro Vaz de Mello.

O escudo é coberto pelas armas dos Almeidas ou dos Mellos.

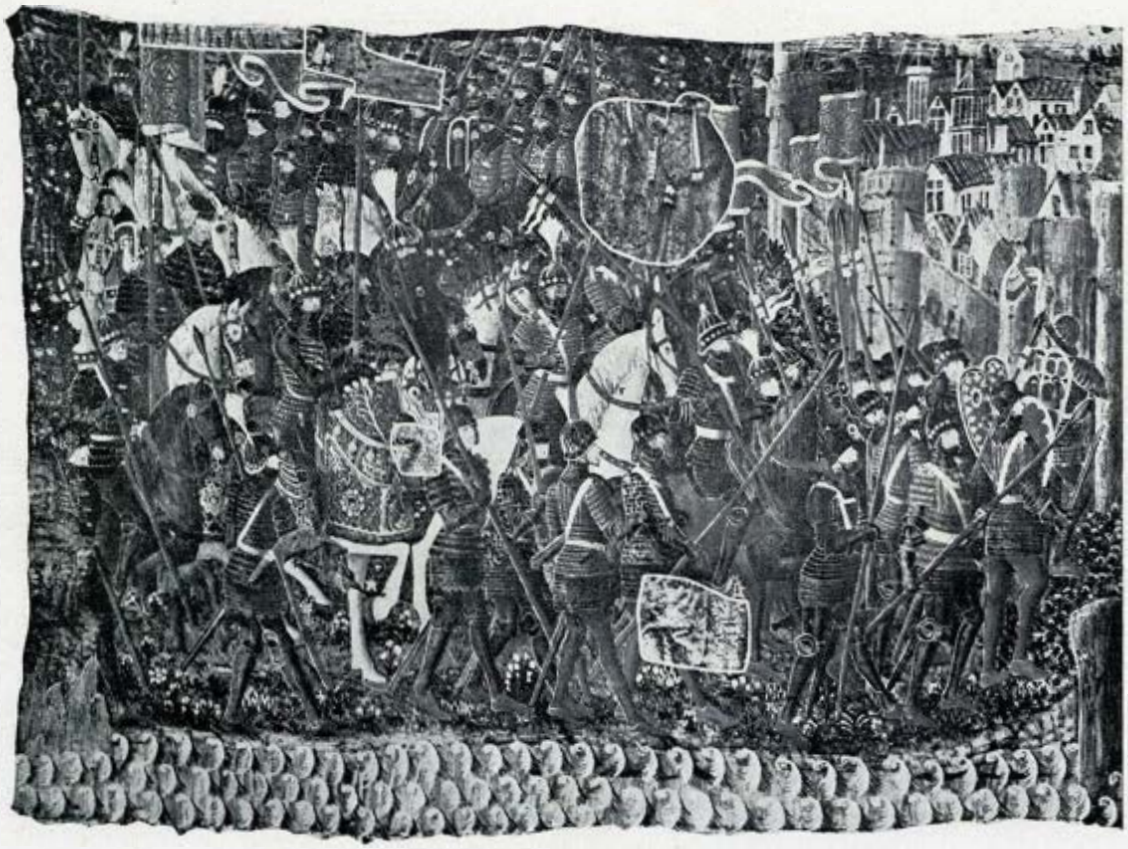
Não ha na heraldica do mundo, armas que se confundam com estas.

Bastava isto para se poder afirmar que esta tapeçaria representa factos passados com portugueses.

meidas ou dos Mellos, não ha uma razão conhecida para a existencia das peças que as caracterisam.

Ahi temos porém as Armas Nacionaes que começaram por uma cruz de couro azul pregada sobre um escudo forrado de couro ou metal branco, estando a cruz segura com pregos nas pontas e no centro do cruzamento das duas hastes.

Assim as usava o Conde D. Henrique que as assumiu por desejar destinguir-se por uma cruz azul, visto não serem assim as armas dos seus ascendentes. D. Affonso Henriques herdou e usou este escudo de seu pae. As guerras em que esse escudo entrou, deterioraram-no por tal forma que se romperam os pedaços



VI — Ocupação de Tanger. Desenho a lapis e illuminura, sobre fotografia, tentando definir as figuras e reconstituir o colorido. — A fotografia Carlos Vasques. A fotogravura

Os escudos eram de madeira forrados de couro colorido com as peças que caracterisavam os seus proprietarios, peças que eram tambem ou de couro colorido ou de metal dourado ou prateado.

Se muitas, mesmo a maioria das vezes as peças heraldicas tinham uma razão de existir por assignalarem factos, outras vezes éra aproveitado o que o acaso dava passando a constituir lei.

Sucede que para a organisação das armas dos Al-

da cruz azul que não tinham pregos, ficando apenas os pedaços que estavam pregados.

Respeitada essa reliquia de familia, D. Sancho primeiro continuou a usar esse escudo branco com cinco pedaços de couro azul em cruz. D'ahi vem o escudo das quinas.

Este exemplo interessantissimo da heraldica, vem mostrarnos a razão da existencia das armas dos Almeidas ou dos Mellos.

Como se vê pelas preciosas tapeçarias de D. Affonso V, os escudos de combate são ornamentados ao acaso e até egualmente usados pelos mouros e podemos dizer com segurança que são ornamentados ao acaso, porque de todos quantos aparecem nessas tapeçarias só ficou sendo adoptado, aquelle a que nos estamos referindo que faz parte da armaria portuguesa para distinguir as familias Almeida e Mello.

É um escudo forrado de couro com uma orla metalica para segurar o couro, com uma tira metalica perpendicular e com varias tiras tambem de metal em sentido horisontal e em cada intervallo, um prego.

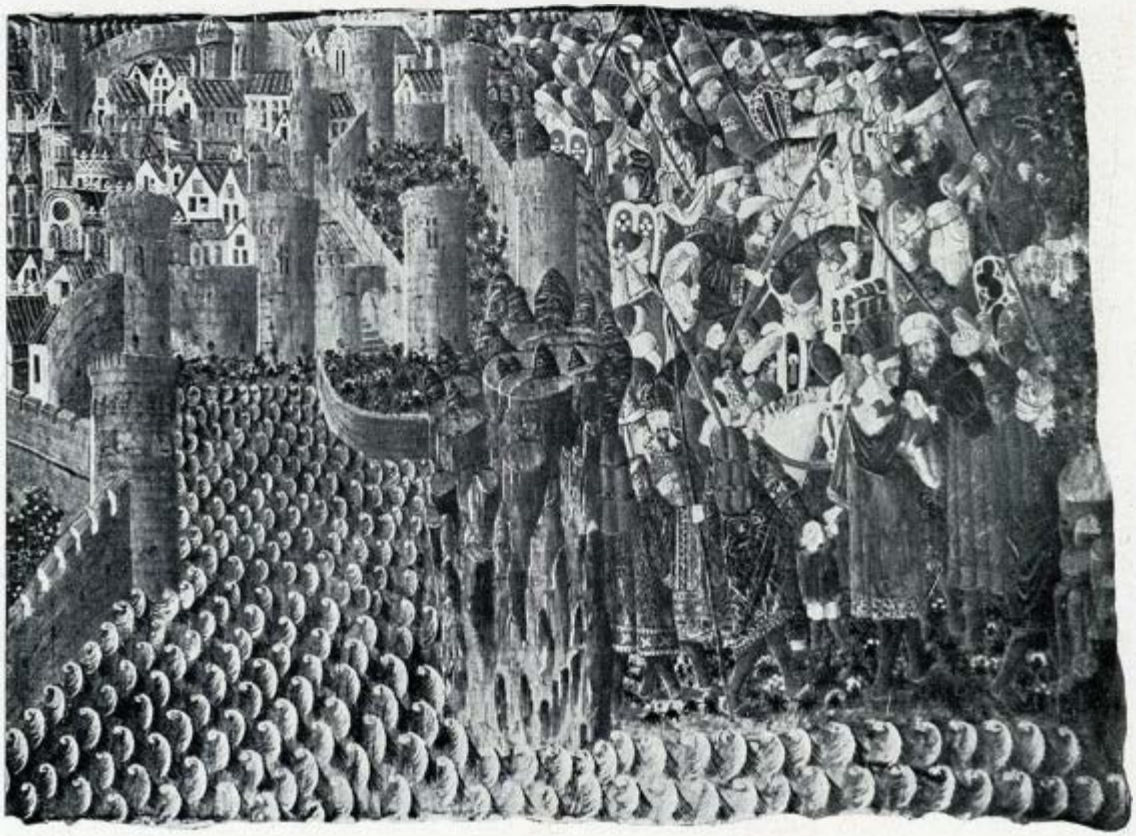
Trazido este escudo de guerra para a batalha de Almeidas que se diferençam entre si por terem esmaltes diversos.

D. Lopo de Almeida feito 1.º Conde de Abrantes em 13-6-1476, usou estas armas.

D. Diogo Fernando de Almeida, 6.º Prior do Crato, filho do 1.º Conde de Abrantes, usou estas armas pelo menos emquanto foi Prior do Crato, de 1492-1508.

Estas armas dos Almeidas passaram a fazer parte da Armaria Nacional e a serem concedidas em cartas de fidalgos de cota d'armas. A mais antiga que conhecemos data de 1532 e foi concedida a André de Almeida.

Sobre a origem das mesmas Armas adoptadas pelos Mellos, temos o seguinte:



inicial foi feita em principio de 1924 por D. Ramon Gil Miquel. O desenho e illuminura é de Affonso de Dornellas. A fotografia seguinte é de é da casa Bertrand (Irmãos), Ltd.

Alcacer Ceguer por D. Pedro Vaz de Mello, ou por D. Rodrigo Affonso de Mello, os descendentes ou parentes de qualguer destes adoptaram-no para brasão para perpetuar o feito do antepassado que tambem o usou.

E isto é tanto mais assim, que tendo-se dado a conquista de Alcacer Ceguer em 1458, só depois desta data é que se conhece a existencia oficial do mesmo escudo transportado a brazão e usado pelos Mellos e

D. Pedro Vaz de Mello, o companheiro de D. Affonso V na Conquista de Alcacer Ceguer, Governador da Casa do Civil deste Rei, foi agraciado com o titulo de Conde da Atalaia em 21 de Dezembro de 1466 e usou das armas dos Mellos.

D. Rodrigo Affonso de Mello, Guarda Mór de D. Affonso V, Conde de Olivença por carta de 1475 e primeiro Governador de Tanger, usou as armas dos Mellos.

Tal como as armas dos Almeidas, passaram as usadas pelos Mellos a fazer parte da Armaria Nacional e a serem concedidas em cartas de fidalgos de cota d'armas. A mais antiga carta que conhecemos é de 19 de Fevereiro de 1519 e foi concedido a Affonso de Mello.

Ora sucede que os solares dos Almeidas e dos Mellos são muito proximos, devendo haver ligação antiga e talvez até a mesma origem, como nos diz Braamcamp Freire a paginas 26 do II Volume dos Brazões do Paço de Cintra, 1.ª edição.

Lendo o que dizem as chronicas com referencia á Tomada de Alcacer Ceguer e olhando estes dois panos, que vimos citando, temos a certeza que de facto constituem uma tapeçaria e representam a Tomada daquela Praça.

O segundo pano mede 7m,25 por 3m,70 de altura. Tem 74 figuras.

*

* *

A Tomada de Arzila é representada por tres panos admiraveis de trabalho minucioso.

São estes os tratados pelo Sr. Dr. Reinaldo dos Santos na obra citada.

O primeiro encontra-se na Sala Capitular. Está em bom estado, mas bastante desmaiado no seu colorido.

Mede 10m,00 por 3m,56 de alto e falta-lhe a parte de baixo em toda a extensão. Tem 369 figuras sendo 51 de mouros.

É admiravel de composição e representa a declaração de guerra por D. Affonso V ao Alcaide Mouro.

Primeiro vê-se este Rei e seu filho D. João, depois II do nome ou emfim algum grande senhor, dentro dum batel, no caminho entre a Nau Real e terra onde desembarcam e se encorporam n'um cortejo d'aspecto absolutamente pacifico, para conferenciarem com as autoridades mouras exigindo-lhe a rendição imediata, ou propondo-lhe a guerra.

Dentro da praça os Mouros, de alfange levantado em atitude ameaçadora, recusam a rendição e aceitam a luta.

Ainda neste pano se veem naufragos lutando com as ondas. As chronicas referem-se a este facto, descrevendo como houve varios portugueses afogados por se atrapalharem na sahida das naus para entrarem nos bateis.

Este pano conserva a respectiva legenda em latim que nos diz, que o Rei D. Affonso V com o Principe D. João seu filho, com uma frota de 400 naus e outras embarcações que conduziam trinta mil homens, desembarcou em frente das muralhas de Arzila em 23 de Agosto de 1471, afundando-se na ocasião varios bateis, afogando-se alguns dos seus companheiros.

O estado de conservação deste pano é razoavel o que não admira por estar na Sala Capitular onde poucas vezes entra gente. Falta-lhe uma tira por baixo em todo o comprimento.

O colorido é que tem sofrido bastante com a acção do tempo.

O segundo pano referente á tomada de Arzila está cortado em dois, tapando as paredes laterais do altar mór da Egreja. Ha pedaços enormes em que o colorido está todo reduzido a um amarelo sujo. Estes dois pedaços de tapeçaria tem cada um, um rasgão ao centro com dois metros de comprido, que servem para dar passagem para a sacristia e para um vestibulo. Estão estas duas metades servindo de reposteiro.

Tem enormes remendos de pedaços que faltam na tapeçaria de Alcacer Ceguer. Falta-lhe uma tira em todo o cumprimento pela parte de baixo que não prejudica a composição. A legenda está voltada para traz servindo para o reforçar.

A parte existente não está dificil de se ler, vendo-se por ela que se refere ao bombardeamento das muralhas explicando que as peças se vão aproximando.

Não estava conhecida esta legenda, cabendo-me a satisfação de a dar a conhecer aos estudiosos, em comunicação que fiz na Sessão da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, efectuada em 11 de Fevereiro de 1926, a qual no dia seguinte foi publicada pelo jornal «Diario de Noticias».

Nem o Padre Cuenca se refere a esta inscripção na sua Historia de Pastrana publicada em Madrid em 1871, nem o Sr. Dr. Reinaldo dos Santos como acima já disse.

Mede este pano 10m,20 por 4m,34. Tem 303 figuras sendo 100 de mouros.

Representa um espetaculo admiravel. Arzila está ao centro, vendo-se pelo lado de lá o mar e as embarcações e pelo lado de cá o arraial cercado por uma tranqueira ornamentada com escudos e bandeiras.

Aparece a primeira peça de artilharia com reparo rodado. Outras peças de artilharia defendidas pelas respectivas mantas, bombardeiam as muralhas. Béstas e culibrinas existem por toda a parte. Lanças, virotões, espadas, tudo tem movimento.

O Rei D. Affonso V, de bastão de comando em punho, está montado n'um cavalo ricamente coberto de seda vermelha bordada a ouro.

Do lado oposto, o Principe Real D. João ou emfim algum grande senhor, com o braço direito estendido, indicando que está dando vozes de comando, está montado n'um cavalo coberto tambem de seda vermelha bordada a ouro.

Por toda a parte as bandeiras e os guiões indicam os grandes senhores que acompanharam o Rei n'esta empreza. Por essas bandeiras se identificarão os Condes de Valença, de Viana, de Monsanto, e de Marialva; D. João de Castro, filho do Conde de Monsanto, D. Francisco Coutinho, irmão do Conde de Marialva; o Prior de São Vicente de Fóra; D. João Galvão, Bispo de Coimbra e outros que as chronicas nos indicam que ali estiveram e que nestas tapeçarias estão concerteza retratados.

O terceiro pano é dos bem conservados, está na sala capitular. Mede 10m,58 por 3m,65 de altura. Tem 311 figuras sendo 65 de mouros.

Falta-lhe pela parte de baixo uma tira em todo o comprimento. Conserva a legenda que nos diz que no dia seguinte ao inicio do cerco e bombardeamento, dia de S. Bartholomeu, 24 de Agosto de 1471, é feita a entrada pelas brechas das muralhas abertas na vespera com o tiroteio, entrando-se na praça entre mortandade de parte a parte, sendo considerados prisioneiros os mouros que não poderam fugir e sendo distribuidos os haveres que foram encontrados, pelos soldados que tão brilhantemente levaram a cabo esta tremenda façanha.

D. Affonso entregando o bastão de comando ao filho ou emfim ao chefe que está no lado oposto, desembainha a espada e combate como qualquer cavaleiro.

Proximo do seu cavalo está o seu alferes empunhando o seu guião vermelho com a roda das navalhas espargindo lagrimas azuladas em todos os sentidos, rodizio que contem a sua tenção = Já mais = .

Que movimento extraordinario tem este admiravel quadro!...

Do lado do Principe D. João ou emfim da personagem que tem o bastão de comando na mão, o alferes do estandarte Real, já está dentro da muralha empunhando com energia a lança do pendão das quinas.

Alguns cavaleiros mais audaciosos, trepam por escadas apoiadas ás muralhas e despedem golpes com as suas invenciveis espadas.

Emfim o espetacuto é monumental.

A ultima das seis tapeçarias é tambem admiravel de composição. Está dividida em duas e conserva-se na sacristia pequena. Mede 10m,30 por 4m d'alto. Falta-lhe a legenda. Tem 135 figuras sendo 68 de mouros.

Não estava classificada como representando um facto portugues, como já disse.

Coube-me a satisfação de ver portuguezes nesta tapeçaria, dando conhecimento desta minha descoberta, á Academia das Sciencias de Lisboa em sessão da Classe de Letras de 11 de Fevreiro de 1926, comunicação que no dia seguinte foi publicada na integra pelo jornal «Diario de Noticias».

Ainda hoje não me é possivel formar um juizo seguro sobre qual o facto que esta tapeçaria representa, porque me tenho dedicado apenas á reconstituição do seu desenho e colorido. Iniciarei em breve o estudo da identificação que pela decifração das bandeiras e guiões que n'ella se veem, é natural que se possa definir o facto historico que representa pelas figuras que na tapeçaria estão representadas. É motivo para um futuro estudo, esperando então definir se se refere á entrega dos ossos do Infante D. Fernando, ou á ocupação de Tanger.

Pelo seu aspecto, por representar uma fortaleza banhada pelo mar, por se ver que d'um lado entram portuguezes sem atitude de assalto e sem cunduzirem um estandarte Real para arvorar nas muralhas e ainda por num dos edificios se ver uma bandeira com a Cruz de Christo e por se ver do outro lado uma porção de mouros, mouras e crianças a sahirem com armas e bagagens, pareceu-me quando vi a fotografia direta, que representava a troca dos ossos do Infante Santo D. Fernando, filho de D. João I, pelos captivos que ainda existiam desde a tomada de Arzila.

Nas torres dos edificios, algumas com ornamentação gotica e indicios romanos, existem umas bandeiras pequenas ou cataventos, que tem letras, numeros, a referida Cruz de Christo e outros signaes indecifraveis que podem muito bem representar umas referencias para numa legenda que tivesse sido cortada da tapeçaria, indicarem a classificação do edificio que caracterizam e então neste caso a Cruz de Christo estará ali apenas para marcar um edificio e nada mais.

Esta tapeçaria tem um remendo, ou uma aplicação que tambem merece estudo e que veio reforçar a minha ideia de que se referia ao Infante Santo. Parece um caixão pregueado, coberto com duas capas de asperges, uma estola e uma corda enrolada.

Já em tempos disse que este pedaço de tapeçaria poderia representar a urna em que foram entregues os ossos do Infante Santo.

Não o posso ainda afirmar por necessitar fazer novo exame.

Completaria esta tapeçaria uma continuação de outra que representasse a entrega dos ossos?

Destruida essa outra, seria aplicado nesta o pedaço que representava a urna?

Emfim, hipotezes e nada mais.

Poderá esta tapeçaria representar a ocupação de Tanger, como diz o sr. Dr. Reynaldo dos Santos?

Mas, quando se ocupava uma praça, o primeiro passo era hastear o pendão das quinas e nesta tapeçaria parece que nada o indica.

Os mouros, ao saberem que se tinha efectuado a tomada de Arzila pelos portuguezes, abandonaram Tanger e então D. Affonso V, uns poucos de dias depois mandou efectuar a ocupação, mas concerteza cheio de desgosto por não ter sido a praça tomada por assalto e depois de combate.

D. Affonso V nem quiz acompanhar as forças que foram efectuar a ocupação.

Emfim muito ha ainda a estudar sobre esta preciosa tapeçaria que nos apresenta detalhes admiraveis e que não se veem nos outros panos.

*

* *

Esta minha comunicação tem, como já disse e repito, apenas o fim de apresentar o meu trabalho de tentativa de reconstituição do desenho e do colorido das seis tapeçarias representando as façanhas do Rei D. Affonso V e que se encontram em Pastrana.

Em 15 meses apenas me foi possivel fazer a parte

material e agora, voltando a Pastrana vou colher os elementos que me faltam para durante mais uns meses as completar tanto quanto o meu reduzido engenho e arte me permitirem, para depois efectuar um estudo de identificação para publicar juntamente com as reproduções coloridas das mesmas tapeçarias taes como as compreendi.

*

* *

Estas preciosissimas tapeçarias, hoje consideradas as mais notaveis das existentes no mundo por representarem factos coetanios e não como muitas outras que foram feitas centos d'anos depois de passados os factos que representam, são a verdadeira maravilha das tapeçarias, tecidas evidentemente em face de cartões pintados por alguma grande notabilidade do seculo XV.

De entre os muitos pintores do Rei D. Affonso V, parece que o mais conhecido e notavel, foi Nuno Gonçalves, que pela carta de 20 de Julho de 1450 registada a folhas 115 verso do livro 34 da chancelaria do mesmo Rei, se vê que éra seu pintor.

Não temos documentos que provem que foi ele o autor dos cartões que serviram de modelo para as tapeçarias, mas temos probabilidades visto ter sido o principal pintor da epoca e emquanto não houver prova em contrario, tenhamos a satisfação patriotica de atribuir a composição das magestosas tapeçarias de D. Affonso V a um pintor portuguez que possivelmente teria sido Nuno Gonçalves, conforme disse o Sr. Dr. José de Figueiredo na sessão da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 9 de Dezembro de 1915.

A tomada de Alcacer Ceguer foi em 1458. Nuno Gonçalves era pintor de D. Affonso V pelo menos desde 1450. A tomada de Arzila e a entrada em Tanger foi em 1471 e a entrega dos ossos do Infante Santo foi em 1472.

O encontro do Touro efectuou-se em 1476 e nesta data já as tapeçarias estavam em Guadalajara no Palacio dos Duques do Infantado.

Os primeiros dois panos, os referentes a Alcacer Ceguer são de aspecto bastante diferente das restantes, mas ha imagens de pessoas que teem exactamente a mesma elegancia e as mesmas linhas gerais das figuras das restantes tapeçarias.

As tres referentes a Arzila não são bem iguais na sua confecção talvez devido a serem tecidas por diferentes operarios, observando-se porem que a origem é a mesma, em todas elas trabalhou o mesmo pincel.

A ultima das tapeçarias é moldada nos mesmos traços, mas com mais detalhes, principalmente nos arreios dos cavalos.

Na architetura destas tapeçarias ha casos interessantes pois aparecem-nos manifestações flamengas o que não admira pelas permanentes relações que havia entre portugueses e flamengos.

Seriam tambem portugueses os tecelões?

Emfim parece-me que muito ha ainda a estudar nestas admiraveis tapeçarias.

*

* *

O meu desejo de definir e colorir as imagens que compoem estes quadros da Historia de Portugal, teve por base o tencionar publicar um livro com a reprodução tambem colorida destas tapeçarias para ajudar a prolongar o mais possivel o seu conhecimento.

Não pode o meu trabalho ser considerado ou discutido como artistico, porque não tenho a pretenção de ter os menores conhecimentos de iluminura ou pintura.

Ficariam estes croquis que apresento, talvez mais perfeitos, se em vez de gastar umas centenas d'horas dentro de quinze mezes, com as seis tapeçarias, tivesse gasto 15 mezes completos com cada uma, mas isso seria impossivel pelos meus inumeros afazeres.

Procurei no decorrer deste meu estudo e trabalho, ser apenas recto e correto.

Ver seguinte nesta revista, a pag. 107